

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO E O SABER NA AÇÃO SINDICAL:

ESTUDO DE CASO DO SINDICATO

DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ

POR: SEVERINO B. VERZA

Florianópolis, Santa Catarina


Julho, 1991

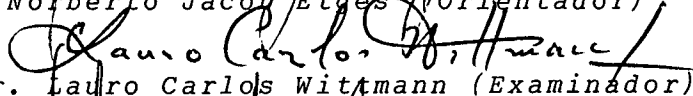
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

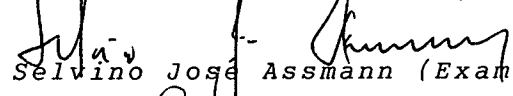
**A EDUCAÇÃO E O SABER NA AÇÃO SINDICAL: ESTUDO DE
CASO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ.**


Dissertação submetida ao Colegiado
do Curso de Mestrado em Educação
do Centro de Ciências da Educação
em cumprimento parcial para obten-
ção do título de Mestre em Educa-
ção.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 11/11/91.


Prof. Dr. Norberto Jacob Etges (Orientador)


Profa. Dr. Lauro Carlos Wittmann (Examinador)


Prof. Dr. Selvíno José Assmann (Examinador)


SEVERINO BATISTA VERZA

Florianópolis - Santa Catarina

Novembro de 1991

CATALOGAÇÃO

V 561e

Verza, Severino B.

A educação e o saber na ação sindical: estudo de caso do sindicato dos trabalhadores rurais de Ijuí / Severino B. Verza. Florianópolis, 1991. 137 p.

Tese (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação, 1991.

1. Sindicalismo 2. Sindicalismo rural - Ijuí 3. Política Agrícola 4. Sindicato - Trabalhadores Rurais - Ijuí 5. Trabalhadores rurais - Sindicato - Ijuí 6. Sindicato de trabalhadores rurais - Ijuí. I. Título.

CDU: 331.881:63(816.521Ijuí)
63:331.881(816.521)

AGRADECIMENTOS

De modo especial importa reconhecer e agradecer:

- ao professor Dr. Norberto Etges pela ajuda competente, compreensão e interesse manifestados na orientação deste trabalho;
- ao Programa Institucional de Capacitação de Docentes - PICD/CAPES pela bolsa concedida;
- à UNIJUÍ pela oportunidade oferecida para realizar o curso de mestrado;
- à Direção do Sindicato e demais trabalhadores pelo fornecimento das fontes primeiras de investigação e pela participação nas entrevistas e depoimentos;
- à esposa Lourdes e aos filhos Simone e Daniela pelo apoio e carinho;
- e a todos quantos, direta e indiretamente concorreram para o termo dessa dissertação.

Nenhuma dessas instituições e pessoas têm responsabilidade pelos equívocos teóricos e limites existentes nesta dissertação.

ANPEd

INSTITUIÇÃO

CATÁLOGO DE TESES 1989

PROGRAMA:

MESTR. () DOUT. () L. DOC. ()

AUTOR:

TÍTULO:

ORIENTADOR:

DATA DE DEFESA: ___/___/___
dia mês ano

RESUMO:

A presente dissertação tem, como objeto, apreender a educação e saber produzidos/reproduzidos pelos trabalhadores nas lutas por Assistência/Previdência e Política Agrícola.

O primeiro capítulo compreende os antecedentes das lutas, isto é, as transformações na agropecuária; os determinantes imediatos do surgimento do sindicato, o desenvolvimento da ação sindical; ação sindical, trabalho e saber; e ação sindical e educação.

O segundo abarca o processo de organização da luta por Assistência e Previdência; a estratégia de mobilização dos trabalhadores para o abaixo-assinado e assembleia; a inserção dos mesmos na luta a nível estadual; a sua contribuição à elaboração do Projeto de Assistência e Previdência rural.

O terceiro diz respeito à Política Agrícola. E abrange a participação dos trabalhadores na derrubada do "confisco da soja"; no boicote do leite; na suspensão da comercialização de todos os produtos agrícolas; e na elaboração do Projeto de Viabilização Econômico-social da Pequena Propriedade.

A conclusão oferece as características do saber e educação produzidos nas lutas, sentidos, limites e alternativas ao avanço da prática sindical.

ABSTRACT

The present dissertation has as objective, to understand the education and to know the productions/reproductions through the workers in the struggle for relief/provision and agricultural politics.

The first chapter expresses the antecedents of the struggle, that is, the transformations in agricultural and livestock production; the determining factors of the syndicates; the growth of the activities of the syndicates; syndicates, their work and knowledge; and syndicates and education.

The second includes the process of organization of the struggle for relief and provision; the strategy of mobilizations the workers for the subscription and assembly; the insertion of the same in the state-wide struggle; their contribution to the elaboration of the project of relief and provision rural.

The third tells respecting to the agricultural politics. And embraces the participation of the workers in the defeat of the "Confiscation of the soy crop"; In the boycott of milk, in the suspension of the commercializing of all the agricultural products; and the expansion of the project of economic viability of the small farm.

The conclusion offers the characteristics of the learning and education produced in the struggles, feelings limits and alternatives in the advancing of the syndicate practice.

SUMÁRIO

	PÁGINA
- RESUMO	V
- ABSTRAC	VI
- INTRODUÇÃO	01
1 - OBJETO DE ESTUDO E SUA DELIMITAÇÃO	01
2 - ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	04
3 - ESTRUTURAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO ESTUDO	06
- CAPÍTULO I	
ANTECEDENTES DAS LUTAS POR ASSISTÊNCIA/PREVIDÊNCIA E POLÍTICA AGRÍCOLA	08
1 - TRANSFORMAÇÕES NA AGROPECUÁRIA	09
2 - DETERMINANTES IMEDIATOS DO SURGIMENTO DO SINDICATO	11
3 - DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO SINDICAL	15
4 - AÇÃO SINDICAL, TRABALHO E SABER	21
5 - AÇÃO SINDICAL E EDUCAÇÃO	23
- CAPÍTULO II	
A LUTA POR ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA RURAL	28
1 - O PROBLEMA DE SAÚDE E O FUNRURAL	29

2 - O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA LUTA POR ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	33
2.1 - Mobilização de Base	42
2.2 - A Grande Assembléia e seu Conteúdo	55
2.3 - A Participação na Luta mais Ampla	63
2.4 - Análise do Processo da Luta por Assistência e Previdência	70
- CAPÍTULO III	
A LUTA DA POLÍTICA AGRÍCOLA	76
1 - A DERRUBADA DO CONFISCO DA SOJA	77
2 - BOICOTE DO LEITE E DOS DEMAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS	82
3 - A SUSPENSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA PEQUENA PROPRIEDADE	91
4 - OS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ E O PROJETO DE POLÍTICA AGRÍCOLA	96
4.1 - Crédito Subsidiado	99
4.2 - A Política de Preços Mínimos	105
4.3 - O PROAGRO	110
5 - SÍNTESE DO PROCESSO DA LUTA SOBRE A POLÍTICA AGRÍCOLA	116
- CONCLUSÕES	120
- GLOSSÁRIO	133
- BIBLIOGRAFIA	134

INTRODUÇÃO

Nessa parte introdutória explicita-se o objeto de estudo e sua delimitação; a maneira de apreensão do objeto, a estruturação e sistematização do trabalho.

É um estudo de caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, instrumento mediador da formação/educação dos mesmos.

1 - OBJETO DE ESTUDO E SUA DELIMITAÇÃO

O objeto da presente dissertação consiste em detectar, basicamente, no processo de organização da Luta por Assistência/Previdência e Política Agrícola, o saber e a educação nelas produzidos. Centra-se, pois, o estudo nessas lutas, porque consideradas pelos trabalhadores como as mais importantes e urgentes.

Pressupõe-se que, em tais lutas, os trabalhadores podem se educar; construir sua identidade de classe; e gestar seu modo explicativo e interpretativo da realidade envolvente.

Entende-se que a estratégia político-pedagógica de cada luta implica no esforço articulador do pensar e agir dos trabalhadores, da consciência e da ação, sempre num movimento

constante de mútua fecundação. Logo, a estratégia político-pedagógica, enquanto processo que articula as diferentes atividades da ação sindical como um todo, tem a ver com o pensamento dialético onde:

"... o real é entendido e representado como um todo que não é apenas o conjunto das relações sociais, fatos e processos, mas também sua criação e gênese (Kosik, K., 1976:198).

A realidade histórico-social é um todo estruturado de complexas relações sociais, no qual está inserido o sindicato. Dela emana o sentido histórico-político da ação-reflexão sindical. Gesta-se no confronto de classes em movimento dinâmico e contraditório, podendo, pela ação, a cada dia que passa, vir-a-ser signo expressivo da consciência e elaboração intelectual do saber pelos trabalhadores. Sendo assim, a ação sindical, como parte integrante do todo social, não é unicamente dada pelo movimento do capital, pelo Estado, com sua legislação e outros agentes mais imediatos, mas pelos próprios trabalhadores que, embora subordinados ao capital, têm um mínimo de iniciativa e liberdade para resistir à dominação capitalista, propondo ações no sentido de buscar seus direitos e melhores condições de produção/reprodução de sua existência.

O desenvolvimento capitalista, em curso no país, expropria os trabalhadores rurais não só dos frutos de seu trabalho mas restringe, sobremaneira, as condições materiais de produção, pondo em risco a manutenção e reprodução da existência dos mesmos. Nega-lhes, pois, melhores condições de vida, os direitos à cidadania e, conseqüentemente, de autonomia. Além disso, são expropriados dos conhecimentos científicos básicos,

porque aqueles trabalhadores, que têm acesso à escola, o fazem de maneira irregular, não conseguindo apropriar-se dos conhecimentos indispensáveis a enfrentar, de forma mais crítica e consciente, os desafios do cotidiano. É esta a forma mais eficaz de negar aos trabalhadores condições mais justas de produção da existência. A partir disso, em que medida os trabalhadores rurais de Ijuí, via sindicato, desenvolvem um processo educativo que lhes possibilite recuperar, por outros caminhos, o que lhes é negado em todos os níveis?

Por esse motivo detectar a educação e o saber produzidos nas lutas dos trabalhadores implica, necessariamente, ter presente o processo histórico de produção da existência dos mesmos engendrada pela pedagogia do capital que determina, basicamente, todas as práticas sociais. Por isso, pressupõe-se que os trabalhadores rurais, cedo excluídos da escola, desenvolvam sua formação e contraformação no trabalho e nas lutas conscientemente organizadas com vistas à busca de seus direitos a melhores condições de existência.

Em razão disso, considera-se os trabalhadores rurais como sujeitos concretos, historicamente determinados, ainda que sujeitados à dinâmica da produção/reprodução capitalista. Trata-se, pois, de um sujeito social cognoscível através do conjunto de relações em que vive; sujeito concreto, não por se tratar de um "indivíduo" mas pelo caráter histórico e as relações específicas em que se envolve. Sujeito que, ao realizar seu trabalho, ao viver sua vida, empreende diferentes atividades para reproduzir-se no modo histórico particular do mundo em que vive. Por outro lado, essas atividades são constitutivas desse mundo.

A prática sindical - conjunto de atividades entre si vinculadas - circunscritas ao mundo dos trabalhadores, integra-se a diferentes níveis: econômico, político e sócio-cultural. Importa no processo de formação, isto é, no sujeito coletivo potencialmente transformador das relações em que se encontra.

Sendo assim, o objeto de estudo deste trabalho é a educação e o saber mediatizados pela ação-reflexão sindical, articuladora da categoria dos trabalhadores rurais associados ao Sindicato. É o saber e o educativo reproduzido e contraproduzido nesse jogo de relações. Trata-se, pois, de um saber histórico, determinado pela práxis econômica e mediatizado pelo processo de organização da luta por Assistência/previdência e Política Agrícola. Processos cujas constantes podem se repetir, mas, em certos casos, repetir é inovar porque pode significar resistências à expropriação capitalista e busca coletiva de direitos negados.

Por último, este estudo lida com as categorias da totalidade, contradição, produção/reprodução, trabalho, saber prático produzido nas lutas. Categorias que vão sendo explicitadas no desenvolvimento do trabalho consoante à necessidade.

2 - ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Trata-se, aqui, de explicar a maneira de apreensão do saber e do educativo, engendrados nos processos práticos de organização das lutas por Assistência/Previdência e Política Agrícola.

Não se toma, pois, como ponto de partida, nem o objeto abstrato, nem o sujeito abstrato, mas a prática sindical de indivíduos concretos, historicamente determinados. Neste estudo de caso, são os trabalhadores que desenvolvem sua produção material e suas relações materiais, implicadas com problemas e necessidades imediatos que buscam coletivamente superar. E nessas atividades, intervindo, podem transformar seus pensamentos e os produtos do mesmo.

As atividades, conscientemente organizadas, são expressão do pensar e agir coletivo dos trabalhadores, podendo lograr nova compreensão prática do seu agir.

O conceito de prática sindical - e, em relação a ele, o de trabalho, produção/reprodução; saber prático/saber científico e educação como mediação - pode ser definido como atividade social dirigida a objetivos conscientemente propostos. O próprio conceito de sujeito e objeto implicam-se com o de prática sindical.

Sendo assim, o estudo investigatório compreende o fim da década de 70; atravessa a década de 80, já que as lutas a analisar acontecem nesse período. Abarca, outrossim, os antecedentes histórico-políticos do surgimento e desenvolvimento do sindicato porque indispensáveis à compreensão do processo de organização da luta por Assistência/Previdência e Política Agrícola.

Na apreensão do educativo e do saber, utilizam-se como instrumento: 1) a leitura e análise das fontes primárias: atas do sindicato, relatório de atividades, boletins e folhetos produzidos pelo sindicato; 2) a observação participante em

mais de 30 reuniões de núcleos e em duas manifestações de protesto e reivindicação; 3) entrevistas para se recolher depoimentos dos trabalhadores relativos a determinados aspectos das lutas em questão; 4) questionários para coletar dados.

No que se refere às entrevistas, busca-se utilizar questões em aberto, oportunizando a livre manifestação dos trabalhadores. Em sua maioria, relatam a história, os diferentes momentos de cada luta, destacando determinados aspectos. Isso possibilita perceber o efeito das lutas ao nível da consciência dos trabalhadores.

Essas entrevistas são realizadas por amostras intencionais, ora com dirigentes, ora com representantes de núcleos, ora com trabalhadores associados ao sindicato, ora individualmente, ora em pequenos grupos. Tudo isso porque permite melhor analisar os efeitos das lutas em foco.

Nas entrevistas, os trabalhadores reportam-se, seguidamente, aos boletins produzidos pelo sindicato, trazendo questões expostas nos mesmos. Utilizaram-se, também questionários, que não se mostraram relevantes para o presente estudo. Confirmaram, isto sim, temas já tratados nos boletins e nos relatórios das reuniões de núcleos.

3 - ESTRUTURAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO ESTUDO

O trabalho é estruturado e sistematizado em três capítulos. Segue o desenrolar no tempo, dos processos das lutas estudadas, para melhor detectar os diferentes momentos de cada processo analisado.

O primeiro capítulo trata dos antecedentes das lutas por Assistência e Previdência e Política Agrícola. Abordam-se as transformações na agropecuária; os determinantes imediatos do surgimento do Sindicato; o desenvolvimento da ação sindical; ação sindical, trabalho e saber; e ação sindical e educação.

O segundo compreende o processo da luta por Assistência e Previdência; a mobilização da base; a grande assembléia da Assistência e Previdência; a participação dos trabalhadores na luta mais ampla; e a elaboração do Projeto de Assistência e Previdência, coordenado pela FETAG.

O terceiro abarca a derrubada do confisco da soja; o boicote do leite; a suspensão da comercialização de todos os produtos da pequena propriedade; e a contribuição dos trabalhadores de Ijuí na elaboração do projeto de viabilidade econômica e social da pequena propriedade.

Nas conclusões, apresenta-se os sentidos das lutas; seus limites teóricos e as possíveis alternativas do avanço da prática sindical, bem como as características do saber produzido.

CAPÍTULO I

ANTECEDENTES DAS LUTAS POR ASSISTÊNCIA/PREVIDÊNCIA E POLÍTICA AGRÍCOLA

As lutas da Assistência e Previdência e Política Agrícola acontecem mediatizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, órgão de defesa dos direitos e interesses das categorias profissionais a ele associadas.

O sindicato é produção da dinâmica do capital que, em seu desenvolvimento, vai produzindo tanto as pessoas quanto aquelas organizações necessárias ao seu avanço. Na sociedade capitalista vigente, nem as pessoas, nem as organizações escapam à lógica da acumulação capitalista.

Neste capítulo aborda-se, como antecedentes indispensáveis à compreensão das lutas a serem analisadas: 1) as transformações na agropecuária; 2) os determinantes imediatos do sindicato; 3) o desenvolvimento da ação sindical; 4) ação sindical, trabalho e saber; 5) ação sindical e educação.

1- TRANSFORMAÇÕES NA AGROPECUÁRIA

A partir da década de 1950, tendo como determinante a lógica do desenvolvimento capitalista mundial, desenvolve-se o capitalismo no campo, provocando a modernização da agropecuária no Brasil.

Nesse mesmo período, nos estados do sul e em Ijuí, a agricultura mercantil praticamente se esgota. O esgotamento deve-se ao uso intensivo da terra e ao fim da fertilidade natural.

Os trabalhadores rurais, através de suas unidades de produção, canalizam o sobretabalho à classe social burguesa em formação e ao sistema capitalista como um todo. Em consequência, a agricultura de subsistência, sob a lógica do capital, transforma-se em agricultura produtora de excedentes (Marques, 1979:269).

A agricultura mercantil é substituída pelas modernas culturas trigo/soja. Implementos agrícolas, insumos modernos, porque induzidos pela política governamental, tomam conta da agricultura em Ijuí e região. Saliente-se que a ação empresarial integradora da Cotrijuí concorre, significativamente, para a modernização da agricultura em toda sua área de ação, principalmente em Ijuí. Com o processo de modernização reorganiza-se a agricultura em função da indústria. Modificam-se, consideravelmente, as condições de trabalho no campo. A terra e a força de trabalho tornam-se insuficientes, exigindo-se recursos sempre renováveis para compra de máquinas e insumos

modernos. Conseqüentemente, novos e graves problemas surgem para os pequenos proprietários, meeiros, posseiros e assalariados rurais (Marques:269).

Os produtores rurais, paulatinamente, adaptam-se às novas exigências da modernização capitalista. Entretanto, nem todos o fazem sob as mesmas bases financeiras e idênticos resultados. Aqueles produtores que possuem economias anteriormente acumuladas organizam empresas agrícolas, valendo-se de financiamentos e beneficiando-se de conjunturas gerais favoráveis. Os médios produtores obtêm êxito, ampliando suas bases econômicas a baixo custo ou comprando terras dos minifundiários, completamente descapitalizados.

Entretanto, como fica a situação dos pequenos produtores? A tendência é seu desaparecimento. A maioria, porém, resiste e parte deles moderniza-se para não perder a terra.

Os pequenos produtores, presos ao mito da pequena propriedade, restringem-se àquelas culturas exigentes de pouca terra e muito trabalho, onde se torna necessário maior capital/hectare e, conseqüentemente, altos investimentos financeiros, constantemente renováveis (Marques, 1980:11-121).

Hoje, os pequenos produtores, sujeitados ao desenvolvimento do capital na agropecuária, produzem, como no interior de uma grande empresa, um produto parcial que já é do capital agroindustrial. Produzem mercadorias. Eles e seus produtos são criaturas do capital. Suas atividades produzem, reproduzem e reforçam o capital. E, quando não arcaicas, se constituem em atividades de resistência/inação reforçadora

do capital, contribuindo, assim, para que cheguem aos limites de seu desenvolvimento, preparando o evento do novo.

Os determinantes imediatos da constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí têm de ser apreendidos desde o interior do processo de modernização da agropecuária produzida pelo desenvolvimento capitalista mais amplo. Isto é, na sua relação com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

2- DETERMINANTES IMEDIATOS DO SURGIMENTO DO SINDICATO

A penetração do capital no campo, em sua forma intensiva, cria diferentes organizações. Entre elas, cooperativas, sindicatos e outros movimentos sociais. Todos esses, indicadores, por um lado, de novas formas emergentes e, por outro, de grupos econômico-políticos, buscando assegurar seus interesses e privilégios de classe.

Entre os movimentos populares citem-se, no nordeste, as ligas camponesas e no RS, o MASTER - movimento dos agricultores sem terra. A luta básica desses movimentos é a reforma agrária (Bressan, 1978:65-158).

No início da década de 1960 cresce o movimento pró-reformas de base. Diferentes grupos sociais emergentes passam a se expressar fortemente, exigindo medidas constitucionais e legais indispensáveis às reformas pleiteadas. Em consequência, não resta outra alternativa à burguesia senão integrar, mediante legislação pertinente, as massas trabalhadoras do campo. Com esse intuito, em 12 de março de 1962, elaborase a

lei 4214, denominada de ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL. Este, além de normatizar as relações de trabalho no campo, também estabelece normas de organização e funcionamento do sindicalismo rural nos mesmos moldes do sindicalismo urbano.

O Estatuto reconhece, como lícita, a associação em sindicato para fins econômicos e sociais. Define, como principais prerrogativas dos mesmos, representar, perante as autoridades, os interesses gerais das categorias representadas; colaborar, com o estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas dos associados. Estabelece, como deveres dos associados, colaborar com o estado na defesa da solidariedade; manter serviços assistenciais aos associados; fundar e manter escolas de alfabetização (Cf. Estatuto do Trabalhador Rural, Cap. IV).

O surgimento do Sindicato dos Trabalhadores não se deve unicamente a determinantes de ordem econômica, política e social mais amplos. Implica-se, também, com determinantes, com agentes mais próximos e imediatos, por sua vez sujeitos à lógica do desenvolvimento capitalista.

Um deles é a criação, em 1956, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí. Propunha-se, ela, além do ensino e a pesquisa, a extensão com o objetivo de responder às exigências e apelos da realidade local e regional. E, segundo Marques (1984: 34-37) esta realidade não está ainda contaminada pela desumanização dos grandes centros urbanos. "Deve-se, portanto, preocupar-se com o homem concreto, isto é, sujeito de problemas, necessidade, iniciativa, capacidade de irradiar a cultura humanista de que é portadora."

O Centro de Estudos e Pesquisas Sociais realiza cursos de extensão a lideranças locais sobre o tema **Integração na Comunidade e Marginalidade Cultural**, com o objetivo de difundir e realizar os princípios, que se conhecem, como os de desenvolvimento e organização da comunidade. Entre outros assuntos abordados merecem destaque: o sentido comunitário; presença e participação; desenvolvimento de comunidade e organização comunitária; análise dos principais problemas de Ijuí, o estudo e encaminhamento de soluções para os problemas (Marques: 58-59).

Os participantes desses cursos tomam consciência de que nada valeria transplantar para Ijuí modelos e experiências alhures bem sucedidas. É mister, isto sim, criar formas originais:

"Trata-se de criar pequenos grupos de pessoas com problemas similares, para que iniciem, desde as bases, uma busca de soluções em profundidade" (Marques: 59).

Em 1961, os intelectuais da FAFI iniciam o Movimento Comunitário de Base de Ijuí - M.C.B.I. Organizam pequenos grupos para discutir problemas, buscar soluções. Assim, aos poucos, criam as associações de Bairros em Ijuí.

Os iniciadores do M.C.B.I. encontram dificuldade em penetrar no meio rural para difundir a idéia do movimento. Surge, porém, em Porto Alegre, criada por um grupo de intelectuais cristãos e com respaldo da Igreja, a Frente Agrária Gaúcha (FAG), que apresenta como seu objetivo principal:

"Desenvolver o espírito de solidariedade do homem do campo e da cidade; politizar os pequenos

proprietários para se organizarem em sindicatos a fim de reivindicar seus direitos, procurar assistência médico-hospitalar e principalmente jurídica".

O princípio básico orientador da ação da FAG "é incarnar a mensagem do evangelho no mundo rural, construindo-o segundo o plano de Cristo" (Bressan, 1978:65).

Os intelectuais da FAFI, as lideranças do recém-criado Movimento Comunitário de Base, valendo-se da proposta da FAG, levam ao meio rural a bandeira da sindicalização e do cooperativismo. Promovem intenso debate acerca da necessidade de sindicalizar-se e cooperativar-se, organizando os trabalhadores rurais em pequenos núcleos para discutir e buscar soluções para seus problemas imediatos. Assim, em 3 de junho de 1962, após alguns meses de contínuas reuniões, surgem os sindicatos dos pequenos proprietários autônomos e aquele dos trabalhadores da lavoura, chamados também de sem-terra. No dia da instalação oficial dos sindicatos comparecem 1.500 pequenos proprietários e 229 trabalhadores da lavoura (S.T.R.I., 1962:03).

Entretanto, as portarias 71 e 395 do Ministério do Trabalho e Previdência Social, de 03 de fevereiro e 17 de junho de 1965, fundem num só os dois sindicatos e passa a denominar-se, jurídica e legalmente, de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí. Oficialmente torna-se instituição jurídica, órgão de defesa dos interesses profissionais dos pequenos proprietários rurais, (posseiros, meeiros e assalariados rurais), tendo como área de ação o município de Ijuí (S.T.R.I., 1965:50).

Mas somente em 19 de janeiro de 1966 recebe a Carta Sindical assinada pelo então Ministro do Trabalho e Previdência Social, Arnaldo Sussekink (S.T.R.I., 1966:71). É assim que surge o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, órgão jurídico-legal de defesa dos interesses profissionais das categorias já referidas.

3- DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO SINDICAL

A ação sindical é uma das práticas sociais entre outras. É a maneira como os trabalhadores pensam, explicam, interpretam, planejam e organizam sua intervenção na realidade, a partir dos problemas imediatos que sofrem. Está implicada com uma visão da realidade.

Essa prática tem a ver com o que, para que, com quem, e como fazer e, ao mesmo tempo, com o saber e os valores necessários à forma de organizar, ao modo de realizar e avaliar suas atividades.

Na trama do cotidiano, os trabalhadores defrontam-se com a natureza e seus pares. Representam a si mesmos a realidade em que vivem, fixando-se, geralmente, em seus aspectos fenomênicos. Assim, logram um saber comum, difuso, fragmentado. Não é seqüencial e nem sistematizado. É carente de coerência interna, mas possui, como ponto de partida, o trabalho e o conjunto das relações sociais vividas pelos trabalhadores. Tal saber tem sua lógica e seu uso comum e prático. Entretanto, os trabalhadores têm uma prática sem teoria. Assim sendo, ficam em desvantagem frente àqueles que têm acesso à

apropriação dos conhecimentos científico-metodológicos, que permitem a compreensão crítica da realidade.

A prática sindical emerge dos problemas imediatos dos trabalhadores. Qual a contribuição efetiva para superação dos limites desse saber comum? Qual a contribuição da prática sindical, enquanto ação-reflexão-ação, conscientemente organizada? Qual o alcance e os rumos do saber e educação mediatizados pela Ação Sindical intencionada?

A ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, até o fim da década de 1970, centra-se, principalmente, em reuniões de núcleos, em encontros de lideranças e na participação de congressos estaduais e nacionais de trabalhadores, promovidos, respectivamente, pela FAG, FETAG e CONTAG.

No período que vai de 1962 a 1980, entre as atividades de caráter massivo realizadas pelo sindicato, destacam-se a campanha de combate à formiga e de esclarecimento sobre cooperativismo e correção do solo. Vinte e sete equipes, compostas de 4 trabalhadores, se envolvem com essas atividades, mobilizando 3.114 trabalhadores (Marques e Brum, 1972: 28:29).

Afora essas campanhas, não acontecem, como dizem os trabalhadores nos depoimentos das entrevistas, "ações fortes, massivas e organizadas. Não se fazem lutas pesadas.. Não se vai à rua, à praça pública para protestar e denunciar. Não se realizam passeatas de protestos e boicotes".

Para Marques (1984:127) a ação sindical desse período se caracteriza pela existência: 1) de 17 núcleos fundados em 1962-63, com funcionamento continuado e tendência a buscar e se instrumentalizar para solucionar os problemas comuns

da comunidade; 2) de 15 núcleos, também organizados em 1962-63, mas com funcionamento descontínuo e preocupados com problemas imediatos e de caráter assistencialista; 3) de 10 núcleos, organizados em 1967 e 1969, com pouca autonomia de funcionamento e dependentes de assessoria continuada.

A ação sindical desse período é predominantemente marcada pelos princípios político-ideológicos do Movimento Comunitário de Base de Ijuí - M.C.B.I. Em síntese são estes:

"A pessoa humana como valor, como dignidade, como excelência; todo homem vale por si mesmo. Possui finalidade própria, distinta, separada, autônoma. Mas o homem é concreto: O Paulo, a Maria. Cada qual vale sozinho o mundo inteiro".
"A pessoa humana: como capacidade de ação própria, inteligente e livre. Capacidade de iniciativa... Faz parte do homem criar novas idéias, planejar, empenhar a própria responsabilidade, aperfeiçoar-se aperfeiçoando o mundo" (Marques e Brum: 24).

À luz desses princípios, reportando-se aos objetivos e diretrizes que orientam o sindicato, se diz:

"O sindicato precisa politizar, conscientizar os trabalhadores de sua dignidade, liberdade, capacidade de iniciativa. Os trabalhadores são capazes de decisão e ação. Basta conscientizá-los. A mudança de estruturas desumanas e injustas exige, em primeiro lugar, reforma radical da consciência.

O sindicato não faz luta de classe. O sindicato precisa cuidar do homem todo, isto é, do corpo e do espírito" (Brum, A. 1965:04).

A assessoria prestada ao sindicato pelos intelectuais da FAFI, via IEP - Instituto de Educação Permanente - e sua

visão político-ideológica, influenciada, por sua vez, pela efervescência político-ideológica vigente no país, marca a ação sindical.

No Governo Goulart, por um lado, as idéias nacionalistas se canalizam para a luta pelas reformas de base. Por outro lado, o bloco de poder multinacional - associado exige segurança política e estabilidade econômica, com diretrizes que favoreçam a concentração de renda (Dreíffus, 1981:130:6).

Essa efervescência ideológica se polariza, por um lado, em torno do IPES e IBAD agindo em defesa dos interesses multinacionais e associados. Por outra parte, as esquerdas, internamente divididas, não conseguem formular discurso ideológico consistente. Daí por que esse projeto começa a ser implantado pela práxis política da classe subordinada. (Dreíffus: 141).

O populismo manipulador cede lugar a um populismo "indutivista" e à participação do povo como ator principal. Neste populismo se fundamentam os elementos ideológicos fundantes do movimento estudantil e do pensamento radical católico, a valorização do povo e da cultura (bem como da vida comunitária no campo) e a recusa à manipulação do povo (Marques: 74:75). Portanto,

"No povo estava a verdade da Nação, estava a pureza e autenticidade (em contraposição à concepção das elites...). O povo comum deveria, portanto, dizer qual era esta verdade, dele deveria ser esta verdade "induzida". As soluções para os seus problemas deveriam ser encontradas

no povo, nascendo dele como algo seu, verdadeiro, autêntico... (Paiva, 1980:201, Wanderlei, 1984:31-46).

Os intelectuais da FAFI não são imunes a essa eferescência ideológica que perpassa o país. Contudo, a abertura da Faculdade para o social acontece a partir das idéias de Maritain sobre sua democracia orgânica, comunitário-personalista, calcada sobre a dignidade da pessoa humana; o distributivismo de Chesterton; o personalismo anti-capitalista de Mounier e, sobretudo, o solidarismo de Lebreton (Marques: 75).

A partir dessas coordenadas político-ideológicas, um tanto diversas, de fundo comum, humanista, solidária e cristã nasce o Movimento Comunitário de Base de Ijuí, que se pretende original e autônomo.

Além disso, os cursos da FAFI sofrem influências do Diretor da Faculdade que participa, seguidamente, em seminários sobre a realidade brasileira, realizados no Rio de Janeiro. Entre as idéias a merecer especial acolhida em Ijuí sobressaem a existência, no país, da afirmação da autoconsciência e que o Brasil é possuidor das melhores condições para realizar uma experiência original de desenvolvimento: a experiência da comunidade (Marques: 76).

O Movimento Comunitário de Base de Ijuí caracteriza-se e se expressa por uma proposta ampla, dirigindo-se, indistintamente, com uma idealizada conceituação da comunidade como um ambiente próprio do homem. As pessoas, convivendo fraternalmente, construiriam a consciência de sua dignidade, do seu valor e capacidade de iniciativa, buscando juntas a so-

lução de problemas comuns. Em síntese, depara-se com a matriz da ideologia e do espontaneísmo popular (Marques: 76).

Com a influência dessas coordenadas político-ideológicas do personalismo de Mounier, do pensamento radical católico e do solidarismo de Lebret, o Movimento Comunitário de Ijuí concretiza sua pedagogia pela construção de pequenos núcleos de trabalhadores iguais e com problemas comuns. Esses núcleos tornam-se lugar de discussão dos problemas imediatos enfrentados pelos trabalhadores rurais, problemas de auto-reconhecimento, abrindo possibilidades reais de consciência de identidades, de diferenças e capacidade de ação.

Ijuí e região, além do choque político-ideológico mais abrangente e das propostas da FAFI, via Movimento Comunitário de Base, são fortemente atingidos pelo processo de modernização da agricultura. Por esta razão, a proposta do Movimento Comunitário é assumida pelos médios e pequenos proprietários e pelos trabalhadores já expulsos do meio rural e refugiados nas periferias da cidade.

Nesse contexto político-ideológico desenvolve-se o Sindicato de Ijuí, enquanto ação-reflexão-ação que, predominantemente, até o fim da década de 1970, carrega essa marca ideológica e metodológica.

Além disso, a ação empresarial da Cotrijuí utiliza os núcleos de trabalhadores para implementar o processo de modernização da agricultura. Incentiva e orienta os trabalhadores a usarem insumos e implementos modernos. Resta ao sindicato pequeno espaço para dar informações acerca de assistência e previdência rural, já que para ele fluem todos os re-

clamos relativos aos serviços assistenciais e previdenciários, prestados por ele e o hospital de Ijuí.

Outro fator provocador de esvaziamento da prática sindical é o controle contábil imposto pela Delegacia Regional do Trabalho, centralizado na FETAG, em Porto Alegre. Nas andanças de Ijuí a Porto Alegre, não se sabe como, desaparecem os livros contábeis. Esse fato acarreta processo-crime, movido pela Delegacia Regional do Trabalho. Os acusados são inocentados, tendo o promotor público afirmado em sua sentença: "As lutas pelo sindicalismo sempre estiveram marcadas por episódios como o deste processo" (Museu Antropológico, 1970: Arquivo nº 2 AS/STRI). Esse acontecido produz incontáveis boatos entre os trabalhadores. A desconfiança cresce, afastando-os do sindicato.

Assim caracteriza-se a ação sindical até meados de 1980. Por isso, a investigação do saber e educação nas lutas por Assistência e Previdência e Política Agrícola precisam ter presente o caminho percorrido pelo sindicato até esse momento.

4- AÇÃO SINDICAL, TRABALHO E SABER

A ação sindical é uma prática social, entre outras, que tem a ver com o trabalho. Entende-se, por trabalho, o processo de produção da riqueza, a luta desigual realizada lado a lado pelos trabalhadores afim de produzir os bens materiais indispensáveis à existência.

No processo de produção, tanto as pessoas quanto seu trabalho estão sujeitos ao capital. São prisioneiros do capital. Resultam e são produzidos nas relações de trabalho e no conjunto das relações sociais mais amplas em que vivem.

Em seu sentido mais genérico e abrangente, o trabalho engloba todas as atividades pelas quais o homem compreende e modifica as circunstâncias e, ao mesmo tempo, é por elas transformado.

Entretanto, o trabalho, porque histórico, materializa-se nas relações capitalistas de produção. Materializa-se nas máquinas. Conseqüentemente, o trabalhador passa a ser apêndice da máquina. Assim, também acontece na agropecuária. Os produtores em geral, médios e grandes e mesmo os pequenos, os meeiros, parceiros e assalariados rurais, todos, ainda que de forma diferenciada, são produtos sujeitos ao capital que se expressa nos implementos e insumos agrícolas, bem como no financiamento à produção, mediante crédito de custeio, política de crédito subsidiado, PROAGRO e política de preços mínimos. É o trabalho materializado nos implementos agrícolas, nos insumos, nos produtos agropecuários e nos recursos todos, indispensáveis à produção agrícola. Daí por que tanto os produtores quanto sua produção são criaturas historicamente determinadas e produzidas pelo capital.

A característica diferenciadora do trabalho humano, se tomado em seu sentido genérico, consiste em sua possibilidade transformadora da natureza e das relações sociais de produção. No trabalho, na atividade prática, o homem concebe sua ação anteriormente à sua realização. Conseqüentemente, deci-

são e ação são momentos inseparáveis do mesmo processo, já que não ocorre atividade humana livre de toda e qualquer atividade intelectual. Por isso, toda atividade intelectual está implicada com atividade instrumental, não isenta de algum esforço físico. Frise-se, no entanto que, se nos indivíduos decisão e ação são momentos inseparáveis do mesmo processo, tal não ocorre nas relações de produção e nem no conjunto das relações sociais. Separam-se os que decidem e planejam daqueles que executam; separa-se trabalho manual de trabalho intelectual; separa-se consciência e ação, teoria e prática.

No processo de trabalho, o homem articula o pensar e o agir. O seu pensamento não se descola do agir. Daí por que, o ponto de emergência do saber, são os homens em sua atividade prática, enquanto vão compreendendo as diferentes circunstâncias, transformando-as e, simultaneamente, se transformando (Marx e Engels, 1982:03). É um saber histórico-social, prático, sem teoria e por isso insuficiente para dar conta da complexidade da realidade econômica, política e social, neste momento do avanço científico-tecnológico. Sem apropriação dos princípios teórico-metodológicos, não podem os trabalhadores romper com os limites do saber prático.

5- AÇÃO SINDICAL E EDUCAÇÃO

A prática sindical, ação-reflexão-ação, dos trabalhadores, a partir de seus problemas imediatos, é prática educativa intencionada e organizada, sempre implicada com um posicionamento político-ideológico. E, enquanto conjunto de

atividades práticas, conscientemente organizadas e entre si articuladas, pode contribuir para que os trabalhadores elaborem e se apropriem do saber indispensável ao enfrentamento dos problemas por eles sofridos.

A prática sindical necessita, entretanto, atentar para os trabalhadores rurais em suas relações de classe, implicada com o desenvolvimento das forças produtivas e a divisão social em dominantes e dominados e/ou nos indivíduos concretos produzidos pelo capital na produção e no conjunto das relações sociais determinadas pelo mesmo. Daí por que o trabalho, a educação, a consciência, produzidos pelo modo como é produzida a existência dos trabalhadores, se constituem em categorias de análise do saber e educação mediatizadas pela ação-reflexão-ação sindical, conscientemente organizada.

O sindicato, enquanto instituição jurídica e órgão de defesa das categorias de trabalhadores associados, ainda que burocratizado e corporativista, é mediador das atividades práticas, com seus diversos objetivos imediatos, compreendidas, no presente caso, como lutas por Assistência/Previdência e Política Agrícola.

Entende-se a educação como processo de produção da existência dos trabalhadores mediatizada pelo trabalho e pelo conjunto de relações sociais a partir de condições postas e criadas pelo capital. Mas, ao mesmo tempo, a educação supõe que, os trabalhadores decidam e pensem, articulando o pensar e o agir. Portanto, os trabalhadores são produtos das circunstâncias e de uma educação mudada na medida em que as

circunstâncias são mudadas, produzindo-se uma nova educação (Marx e Engels, 1982:02).

Por isso, a prática sindical, conjunto de atividades entre si articuladas e intencionadas, torna-se um processo educativo enraizado no trabalho de produção concreta da existência dos trabalhadores. Podem eles, outrossim, conquistar consciência de si, dos outros e da realidade envolvente. Essa consciência adquire forma e existência nos signos criados por grupos organizados no curso das relações sociais (Baktin, 1986:76).

A ação sindical, porque conscientemente organizada, pode permitir aos trabalhadores desvendar a realidade humano-social, formadora, produtora e produto do ser dos trabalhadores. Conseqüentemente, "não é mero símbolo de qualquer outra coisa, mas possui uma importância ontológica..." (Kosik, K., 1976:108-111). Isto é, concorre a produzir a existência concreta dos trabalhadores.

Entende-se, pois, que a prática sindical, enquanto prática educativa mediadora do saber, pode vir-a-ser um processo de conscientização. Porém, para ser crítica, não basta detectar a exploração, a dominação, a relação e a diferença existente entre os diversos problemas, os distintos grupos econômicos que interferem nas diversas instâncias da produção, circulação, distribuição de bens e serviços. Isso se pode aprender imediatamente. Precisa, isto sim, criar condições para que os trabalhadores, no curso de suas lutas práticas, logrem romper os estreitos limites do saber imediato e prático. Este, o desafio constante a ser enfrentado, teórica e praticamente.

Os homens não se envolvem unicamente com a prática social da produção. Envolvem-se com a prática política, artística, teórica e cultural. A prática sindical - enquanto ação-reflexão-ação - enquanto prática educativa que concorre para a produção concreta da existência dos trabalhadores, é trabalho político de caráter intelectual que se expressa:

1) nas reuniões periódicas de núcleos onde ocorre o diálogo, o debate acerca dos problemas imediatos vividos pelos trabalhadores; onde se definem os objetivos e se planejam atividades concretas, entre si articuladas, para enfrentá-los e as formas de mobilização conjunta;

2) nos encontros de representantes de núcleos onde se elaboram as estratégias político-pedagógicas adequadas ao desenvolvimento das lutas;

3) nas reuniões de núcleos e de representantes para avaliar as lutas em desenvolvimento e/ou já realizadas (Marques, 1972:27). É a partir desse trabalho, dessa prática sindical que se investiga o nível do saber e do conhecimento nela produzidos. Qual seu nível? Quais seus limites? Quais seus rumos? É o trabalho a ser realizado.

CAPÍTULO II

A LUTA POR ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA RURAL

Pensar a prática sindical - como ação educativa mediadora do saber e do educativo - num determinado contexto, é pensar esse mesmo contexto. A ação educativa se processa de acordo com a compreensão que se tem da realidade onde está inserida.

Há, na ação sindical, dois aspectos interdependentes. O primeiro é o gesto transformador. Os trabalhadores estão imersos no mundo econômico, político, social e cultural. Defrontam-se com grupos e classes sociais. E, atuando nessa realidade envolvente, a transformam, transformando-se. O seu gesto transformador resulta dessa atuação.

Os desafios aceitos e assumidos pelos trabalhadores emergem da complexidade da realidade em que se inserem. Para desafios concretos voltam sua ação conscientemente organizada. E, na medida em que se comunicam os resultados da ação, mutuamente se educam, tornando-se cada vez mais solidários.

As demandas dos trabalhadores, por um lado, podem exprimir-se em função de necessidades sentidas. Por outro,

demandas e necessidades nem sempre se revelam totalmente concordes. As necessidades e demandas são historicamente produzidas pela dinâmica do desenvolvimento das relações capitalistas de produção. São histórico-sociais. Para Suavet (1985: 25-26), citando Otaiza de O. Romanelli, "a necessidade é o estado de ser" dos trabalhadores com o que é indispensável ou simplesmente útil à produção de sua existência. Por isso, paralelamente à necessidade, existe uma situação histórica dada que expressa uma relação dinâmica entre o ser dos trabalhadores e o que é percebido como necessário ou útil. Essa relação coloca as necessidades humanas na dependência da situação social em que vivem os trabalhadores. Portanto, as necessidades dos trabalhadores inexistem numa situação abstrata.

Além disso, tudo o que é sentido e percebido como necessário e útil é apreendido como um bem, um valor. Assim, o conceito de necessidade está ligado ao conceito de bem, que é "tudo quanto permite satisfazer uma necessidade" (Suavet, 1985:27).

A luta dos trabalhadores por Assistência e Previdência é expressão de necessidades e demandas implicadas com a superação de problemas concretos necessários à continuidade do seu existir histórico.

No presente capítulo analisa-se e trata-se do problema de saúde e FUNRURAL; do processo da organização da luta; da assembléia da Assistência e Previdência; e da participação dos trabalhadores rurais de Ijuí na luta mais ampla, como manifestação expressiva e significativa da ação sindical.

1- O PROBLEMA DE SAÚDE E O FUNRURAL

O processo de modernização da agropecuária agrava o problema de saúde dos trabalhadores rurais de Ijuí. Tal ocorre devido às transformações provocadas pelo capital no processo de trabalho; pelo uso intensivo de agrotóxicos que os encontra despreparados para novos comportamentos relativos à higiene, prevenção e combate a doenças. Por isso, crescem as demandas dos trabalhadores por Assistência e Previdência.

Nas atas, nos relatórios de reuniões e encontros aparecem reivindicações atinentes ao atendimento médico-hospitalar, ambulatorial e odontológico; bem como, as dificuldades apresentadas pelos trabalhadores de fazer frente aos custos desses serviços devido à carência de maiores recursos provenientes do poder público. Esses são precaríssimos. Aludem, outrossim, que, em casos de doença grave e prolongada, correm o risco de ter que se desfazer da terra. Contudo, não há maior explicitação de quais são realmente os problemas de saúde (S.T.R.I., 1963:79).

A Lei 2214 - ESTATUTO DA TERRA - de 02 de março de 1963, assegura, legalmente, aos trabalhadores rurais, alguns benefícios previdenciários e assistenciais. Revela, a nível de discurso, "a preocupação de levar a Previdência não só aos assalariados rurais mas também estendê-la a toda população rural (Mandel, Luz, 1979:90).

Com o Estatuto do Trabalhador Rural cria-se, também, o Fundo de Assistência e Previdência Rural. Incumbe-se o IAPI de prestar assistência aos trabalhadores rurais e a seus

dependentes. O Fundo de Assistência e Previdência Rural é formado pela arrecadação de 2,5% sobre os produtos comercializados pelos produtores rurais. Além disso, os estabelecimentos fabris, que utilizam matéria-prima oriunda da agricultura, também recolhem 2,4% sobre a matéria-prima industrializada (Mandel, 1979:93).

Mandel caracteriza assim a função do FUNRURAL:

"Desde sua criação (do FUNRURAL) ele estabeleceu que não prestava serviço diretamente... Acharam mais prático prestar serviço à rede hospitalar existente no país... Deram mais ênfase à assistência hospitalar de início, mas adotaram outra modalidade de pagamento dos serviços de terceiros. Entenderam que, se fossem adotar a famosa tabela de unidades de serviço, não haveria dinheiro que chegasse. Então adotaram o princípio do subsídio" (Mandel, 1979:93).

A Lei complementar número 11, de 1971, instituiu o PRÓ-RURAL - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA RURAL - regulamentado pelo Decreto nº 69919, de 11 de janeiro de 1972. O FUNRURAL passa a administrar o Programa. Desde então aparecem recursos, embora precários, para o início da prática de assistência ao meio rural. A partir dessa data, os trabalhadores rurais usufruem dos seguintes benefícios: aposentadoria por velhice, com proventos de meio salário mínimo; aposentadoria por invalidez; auxílio funeral e serviços de saúde.

Com o passar do tempo, sob a pressão dos sindicatos dos trabalhadores rurais e respectivas federações, ampliam-se os benefícios através de novas leis complementares. Assim, a Lei nº 6179, de 11/12/74, cria o amparo previdenciário de meio

salário mínimo para o trabalhador com 70 anos. E, no mesmo ano, a Lei 6195 institui o auxílio acidente de trabalho, pago somente ao chefe de família (Mandel, 1979:93).*

Somente a partir da década de 70, a saúde, como uma questão de caráter eminentemente público, passa a ser inserida no I e II Plano Nacional de Desenvolvimento. E, desde então, é assumida pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. Hoje, é competência do Ministério da Saúde. Entretanto, o auge de todo processo do sistema previdenciário acontece em 1975, com a lei 6229, publicada no Diário Oficial, em 18 de julho. Com isso acentua-se a assistência médica via INPS. E hoje, com o INANPS, universaliza-se o atendimento médico.*

Frise-se ainda que, anteriormente a 1964, não se encontra nenhum plano de saúde pública, mesmo porque os que são elaborados não têm, como objetivo, a elevação do nível de saúde do povo. Aliás, até 1974, a saúde nunca foi prioridade nos Planos de Desenvolvimento Econômico e Social do País. Vale salientar, também, que, com o fim do "milagre brasileiro", cresce o arrocho salarial imposto às classes trabalhadoras e a conseqüente demanda por Assistência e Previdência, tanto no

*

Em 1967, cria-se o INPS. Incorpora então todos os demais institutos: IAPI, ISPC, IAPETEC e os demais Institutos de Previdência e Assistência.

A Previdência Social Rural, executada pelo INPS, compreende o Programa de Assistência ao Trabalhador instituído pela lei complementar, nº 11 de 05/05/71, o benefício de acidente de trabalho e os demais já mencionados no texto. (Mandel, 1979:93. Martines, W. N. 1984:109)

campo quanto na cidade. Por isso, a saúde pública passa a ser uma questão de Segurança Nacional devido às explosivas condições materiais da maioria dos trabalhadores; requer-se que o Estado busque superar o impasse criado pelo modelo de desenvolvimento econômico implantado. Em razão disso, entende-se o motivo pelo qual o Ministério de Assistência e Previdência torna-se o centro de todas as atividades previdenciárias e assistenciais, vinculando a ele todas as instituições prestadoras de serviços à saúde.

Neste contexto, os sindicatos dos trabalhadores rurais transformam-se, de certo modo, em agências da assistência rural mediante convênios com o FUNRURAL. Prestam assistência médica e odontológica. Em conseqüência, torna-se forçoso aumentar a contribuição sindical dos trabalhadores, suprindo, assim, a carência de recursos vindos do FUNRURAL. Pagam duplamente os serviços assistenciais porque, além da contribuição de 2,5% sobre todo o produto comercializado, obrigam-se a aumentar o valor da contribuição sindical mensal. Tudo para fazer frente à demanda por assistência médica e odontológica.*

Os recursos, provenientes do convênio do FUNRURAL com o hospital de Ijuí, são insuficientes. As demandas pelos

*

A portaria do MEC/Ministério da Previdência e Assistência de 10/05/1974, transforma a universidade em aparelho médico-hospitalar. O Estado via INPS e FUNRURAL realiza convênios com clínicas, hospitais particulares e sindicato principalmente para o atendimento médico-hospitalar (Mandel, 1979: 95).

serviços assistenciais crescem a cada dia que passa. A precariedade dos serviços faz crescer o descontentamento dos trabalhadores rurais do município.

A direção do sindicato envolve-se em contínuas reuniões com os dirigentes regionais, estaduais do FUNRURAL e com a diretoria do hospital, buscando melhorar os serviços. Encaminha cartas e ofícios às autoridades competentes, mas a situação não se modifica.

O afastamento dos trabalhadores do sindicato segue num crescendo sempre maior. A direção do sindicato fica absorvida no afã de buscar recursos para atendimento médico-hospitalar e odontológico. Os resultados são quase nulos. O impasse está criado. O que fazer? E qual a melhor alternativa? Inicia-se o processo de uma nova caminhada.

2- O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA LUTA POR ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

Por razões analisadas no item anterior, os problemas relativos à Assistência e Previdência se agravam. Os recursos são insuficientes. O descontentamento dos trabalhadores cresce. Por isso, afastam-se do sindicato. E as soluções tentadas não se viabilizam.

Frente à situação-problema, a direção e algumas lideranças se reúnem, buscando uma saída. Assessoradas por educadores do IEP/FIDENE, refletem, analisam, ainda que superficialmente, a ação sindical até então desenvolvida. Em sua reflexão, restringem-se, basicamente, à maneira de organizar e

conduzir a AÇÃO SINDICAL. Em resumo, chegam a esta conclusão:

"A organização da AÇÃO e a forma de conduzi-la não mobilizam os trabalhadores. Apenas ouvem seus problemas, captam sugestões. E tentam soluções através de cartas, ofícios e reuniões com os responsáveis intermediários pelos serviços de Assistência e Previdência" (S.T.R.I., 1976:02).

A partir disso, estabelecem, como estratégia prática de ação, "visitar e ouvir os representantes de núcleos e outros trabalhadores, buscando, junto a eles, uma possível solução para o problema (S.T.R.I., 1976:02).

Por causa da gravidade da situação-problema, de reflexão da ação sindical, até aqui desenvolvida, e da sugestão dos trabalhadores de realizar um encontro para discutir o problema (S.T.R.I., 1976:01), muda-se a estratégia da ação sindical, segundo esta orientação.

"Os trabalhadores se mobilizam e lutam a partir dos problemas por eles sentidos. Somente o discurso, a fala não mexe. A AÇÃO precisa ser pensada, planejada e organizada, partindo dos problemas por eles sentidos" (S.T.R.I., 1976:03).

Assim, a Direção e lideranças estabelecem o ponto de partida da ação sindical: os problemas sentidos pelos demais trabalhadores das bases, tornando-se possível a participação coletiva mais ampliada.

Sendo assim, a direção convoca um encontro de lideranças responsáveis pelos núcleos para o dia 28/10/76. A ele comparecem 30 trabalhadores. São duas as perguntas propostas à discussão dos mesmos: quais os problemas sentidos pelos trabalhadores? E o que fazer para melhorar?

Os trabalhadores dividem-se em grupos para responder às questões. O resultado de seu trabalho vem aqui resumido:

"os problemas de saúde sofridos são muitos. Os serviços assistenciais, prestados pelos sindicatos e hospital via FUNRURAL, são poucos e deficientes. Os recursos vindos do FUNRURAL são escassos. Só dá para atender alguns trabalhadores. Por isso, precisa ir aumentando a mentalidade do sindicato para ter assistência odontológica. Esse tipo de assistência não serve para os trabalhadores rurais..."

"Os problemas de saúde aumentam porque recebemos pouco pelos nossos produtos. Por isso, em caso de doença grave e longa, certos trabalhadores precisam vender o que têm, inclusive a terra. E tem falta de terra para produzir mais" (S.T.R.I., 1976:04).

Os trabalhadores constataam os problemas, suas conseqüências, bem como as conexões externas existentes entre eles. Não ultrapassam, pois, o saber comum.

Nessa base definem sua estratégia comportamentalista de ação:

- 1) "criar uma comissão de trabalhadores para controlar a aplicação dos recursos provindos do FUNRURAL e repassados ao hospital mediante convênio. Isto, porque, segundo informações do FUNRURAL, os recursos, embora escassos, não estavam sendo aplicados para fins de assistência;
- 2) tratar de discutir, com a Direção da Cotrijuí, a construção de um hospital para os

associados da cooperativa, ficando este sob o controle dos associados e não dos médicos, como acontece com aquele que existe atualmente" (S.T.R.I., 1976:05).

A direção do sindicato e a comissão de trabalhadores passam a executar a estratégia definida. Multiplicam reuniões com a direção da cooperativa, discutindo a proposta dos trabalhadores. Pela discussão havida, chegam a esta conclusão:

"O problema de saúde, Assistência e Previdência não se resolve pela simples construção de um hospital. Este exige novos investimentos e recursos dos associados. Precisa, isto sim, a discussão ampla de um projeto mais abrangente de saúde COMUNITÁRIA-PREVENTIVA" (S.T.R.I., 1976:06. Cotrijuí, 1976:07).

No curso da discussão, a direção da cooperativa sugere aos trabalhadores visitar a experiência de saúde COMUNITÁRIA-PREVENTIVA, desenvolvida pela Unidade Sanitária de São José do Murialdo, nos bairros periféricos de Porto Alegre.

Os trabalhadores acatam a sugestão apresentada. Visitam a experiência. Dialogam e discutem com os médicos, agentes de saúde e lideranças de bairros integrados à experiência. Após alguns dias da convivência, os trabalhadores tratam, com os médicos e demais agentes de saúde, da possibilidade de viabilizar, para o meio rural de Ijuí, salvas as especificidades, projeto semelhante. Médicos e agentes se dispõem a assessorar na implantação.

Os trabalhadores que visitam a experiência, retornam dispostos a lutar pela implantação de projeto parecido. Retomam as reuniões com a direção da Cotrijuí. Desencadeiam-se,

durante mais de um ano e meio, inúmeras reuniões com os trabalhadores rurais da área de ação da cooperativa. Nessas reuniões, assessoradas pelos médicos e agentes de saúde da Unidade Sanitária São José do Murialdo, debatem, basicamente, os seguintes pontos:

- 1) "a necessidade e vantagens dos serviços de saúde comunitária-preventiva. Explica-se que tal prática exige a participação de todos os moradores de cada localidade do meio rural; que os agentes de saúde a serem preparados são escolhidos pelos trabalhadores. A estes cabe a função de prestar os primeiros socorros, encaminhando a pessoa ao médico somente nos casos necessários à recuperação da saúde;
- 2) trata-se, outrossim, da relação entre médico/doente; agentes de saúde e doente; mostra-se a importância do comportamento da família, em caso de doença mais grave, no restabelecimento da saúde;
- 3) reflete-se sobre o perfil dos médicos e agentes de saúde: são amigos que ajudam a recuperar a saúde. Não fazem da doença uma mercadoria para enriquecer. Debatem-se, amplamente, os critérios para escolha dos médicos e agentes de saúde;
- 4) analisa-se o custo financeiro do projeto e a parte a ser assumida pelos trabalhadores. A tendência manifesta é de aceitação desde que o projeto venha garantir o atendimento" (S.T.R.I., 1977/78/79)*

*

Cf. também FIDENE - Museu Antropológico, Relatórios do IEP, anos 1977/78/79 e Relatório da Cotrijuí, anos 77/78/79.

Entretanto, fatores de ordem econômica - a remuneração dos profissionais-médicos e, principalmente, a pressão do Corpo Médico da Região, articulado à Associação Médica do Estado do RS, inviabilizam a implantação do projeto de Saúde Comunitária-Preventiva. Assim, uma vez mais, diante de toda a perspectiva criada, os trabalhadores rurais de Ijuí ficam frustrados.*

Os determinantes imediatos da ação levada a efeito até aqui são estes: a intervenção da diretoria do sindicato e da assessoria, a intervenção da comissão de trabalhadores que, discute com a Cotrijuí, a construção de um hospital; a sugestão de visitar a experiência de Saúde Comunitária-preventiva da Unidade Sanitária São José do Murialdo; e a decisão dos trabalhadores de implantar projeto semelhante no meio rural de Ijuí e na área de ação da cooperativa.

Diante do exposto cabe indagar: quais as razões que levam os trabalhadores, mediante o seu sindicato, a buscar a solução de seus problemas relativos à saúde, assistência e previdência, junto à Cotrijuí? Os trabalhadores têm memória histórica. Com o avanço do processo de modernização da agropecuária na região, deparam-se com o problema da comercialização do produto/soja a nível de mercado interno. Aliás, o mercado externo oferece melhores preços ao produto/soja. A Cotrijuí, em sua ação empresarial integradora, ciente do problema, articulando-se ao sindicato dos trabalhadores rurais,

✱

Todas as tentativas de negociação com os médicos da região foram inúteis. Segundo eles, o projeto seria uma ameaça e, a própria UNIMED acabaria. Relatórios dos anos 77/78/79.

desencadeia amplo e intenso debate acerca da possibilidade da construção de um ramal de exportação junto ao Porto do Rio Grande. Dessa forma, consegue junto aos associados, segundo as possibilidades dos singulares produtores, os recursos financeiros necessários à viabilização de seu projeto, integrando-se à dinâmica do mercado capitalista mundial.

Além disso, encontra-se presente na memória histórica da experiência dos trabalhadores que a correção do solo, o aumento da produção e produtividade e, inicialmente com algum ganho financeiro, se devem aos conhecimentos técnicos repassados pelo Departamento Técnico da Cooperativa. Têm presente, também, que articulados pelo setor de Comunicação e Educação cooperativa da Cotrijuí, e também articulados pelo sindicato, conseguem, através de seu conselho de representantes, onde os pequenos produtores são maioria, ser ouvidos e apresentar sugestões sobre a política empresarial-expansionista e integradora da cooperativa. Em verdade, os trabalhadores e seu sindicato são condicionados, atrelados à dinâmica empresarial e modernizante da cooperativa. Alguns trabalhadores se dão conta, mas não sabem e não conseguem romper com essas amarras.

A partir dessa experiência e devido à integração Cooperativa/Sindicato/IEP, envoltos com sérios problemas de saúde, de Assistência e Previdência, na perspectiva de obter consideráveis melhoras e soluções e, fundados na aparente possibilidade de poder influir, recorrem à Cooperativa. Daí por que reivindicam a construção de um hospital para os produtores associados. Portanto, a prática sindical acontece nesses

estreitos limites e condicionada e produzida pela dinâmica empresarial integradora da Cooperativa, impulsionada pela assessoria também integrada, pagando tributo ao processo modernizante da acumulação capitalista, produtora da existência histórica dos trabalhadores subordinados a cooperativa.

É necessário salientar a assessoria da FIDENE/IEP ao Sindicato e à Cooperativa. Esta se concretiza, fundamentalmente, por "desenvolver a consciência nos grupos humanos de sua práxis, incluindo conhecimentos, valores e técnicas... segundo o espírito que animava o Movimento Comunitário de Base" (Marques, 1984:121). Em síntese, a assessoria do IEP se restringe à condução estratégica e a manejos táticos das lutas. Conta ele com o Sindicato, cuja ação ora se apaga, ora se acentua, conforme as oportunidades abertas no quadro das lutas sociais mais amplas. Limita-se, pois, ao preparo das reuniões, à sua condução estratégico-tática e pedagógica no sentido de criar condições para que flua o diálogo dos trabalhadores entre si acerca **do que, para que, e como** organizar suas lutas. Essa assessoria se estende até o fim de 1982. Na medida em que o IEP muda seus parâmetros científicos de análise não mais interessa, como assessoria, nem à Cooperativa, nem ao Sindicato (FIDENE/IEP, 1982:07). O IEP, na época, começa a utilizar parâmetros marxistas de análise.

Evidencia-se, pois, que a assessoria do IEP, a prática sindical se efetivam sob a influência das coordenadas político-ideológicas que animam o Movimento Comunitário de Base e a educação popular da época. Segundo esse movimento, os trabalhadores têm problemas, mas possuem a verdade, possuem o

saber. Basta conscientizá-los para induzí-los à solução dos problemas. Existe, isto sim, a ausência da análise científico-crítica da realidade mais ampla e da prática sindical nela inserida. Isto é, não há uma reflexão radical que desvende os os processos da produção histórica dos trabalhadores, da sua consciência, aspirações e perspectivas historicamente produzidas na atividade produtiva e em outras práticas sociais, produtoras de bens materiais e serviços. Não há, pois, uma visão integral e dialética que articule a prática sindical aos aspectos econômicos, políticos e sócio-culturais. Dessa forma, relega-se os trabalhadores ao nível do saber comum, ainda que se oponham, reivindicuem e protestem contra a dominação e exploração. Esta oposição se realiza nos marcos da negociação capitalista.

Assim sendo, a prática sindical, enquanto mediadora da educação e saber, se constitui em processo de reprodução/produção da existência dos trabalhadores, sem contudo, alcançar o conhecimento científico que rompa com os limites do saber prático, ainda que válido. É fundados e articulados pelo saber prático que os trabalhadores enfrentam seus problemas imediatos, valendo-se do sindicato, fazendo-o de forma consciente e organizada.

Entretanto, a partir da experiência adquirida nessa etapa do processo da luta por Assistência e Previdência, segundo depoimentos colhidos nas entrevistas, revelam que os problemas assistenciais e previdenciários "são de todos os trabalhadores e não só dos de Ijuí". Revelam, também, que o sindicato precisa "organizar os trabalhadores para reivindi-

car e protestar." Revelam que eles necessitam assumir a solução de seus problemas e não ficar na dependência dos outros; isto é, da ação da Cooperativa. Certamente ocorre uma expansão de consciência que vai além da pequena propriedade e do âmbito local.

Assim fundados, partem para uma nova estratégia político-pedagógico-tática de mobilização da Base. Trata-se do processo de mobilização de bases e da assembléia da Assistência e Previdência. E a pergunta agora é: que saber e educação se produzem através da participação dos trabalhadores na luta mais ampla e na elaboração do projeto de Assistência e Previdência coordenados pela FETAG? É o que se investiga na continuidade desse processo.

2.1- Mobilização da Base

O conjunto das atividades desenvolvidas até aqui não altera a situação-problema. Torna-se cada dia mais difícil. As demandas, por Assistência e Previdência, se avolumam. O enfrentamento conjunto da situação se faz mais urgente e desafiador. Por isso, a Direção do Sindicato e a Comissão de Saúde convocam um encontro de representantes de núcleos para 21/10/79. Os objetivos são estes:

- 1) "discutir, com os representantes de núcleos, os problemas relativos ao atendimento médico-hospitalar, resultante do convênio do FUNRURAL com o hospital de Ijuí;
- 2) organizar, fortalecer e elevar o nível de consciência dos trabalhadores, comprometen-

do-os, pela ação conscientemente organizada, com a luta mais ampla por Assistência e Previdência (S.T.R.I., 1979:03).

Os objetivos expostos expressam a clara intervenção da Direção e Comissão de Saúde. O problema vivido é o ponto de partida para organizar, fortalecer e elevar o nível de consciência dos trabalhadores através de luta mais ampla.

Com a reflexão da prática desenvolvida, a Direção e Comissão de Saúde repensam a situação. E tal se expressa no que segue:

"Analisamos e vimos que se precisava discutir, debater com os trabalhadores; decidir e planejar com eles, mas levando em conta seus problemas vividos. Discurso sem ação conscientemente organizada não resolve nada. E isto tem que ser feito com o maior número de gente possível" (S.T.R.I.: 04).

Com base nessa reflexão, a estratégia político-pedagógica da coordenação do encontro de representantes segue estes passos:

- "- recorda a finalidade do convênio FUNRURAL com o hospital de Ijuí;
- informa sobre as mudanças feitas pelos médicos nos critérios definidores dos casos em que os trabalhadores podiam baixar ao hospital, valendo-se do convênio;
- mostra a insignificância dos recursos recebidos do FUNRURAL. A totalidade dos recursos não chega a Cr\$ 300.000,00. Destes apenas Cr\$ 91.000,00 destinam-se à assistência. O restante fica com o hospital;

- revela a inutilidade prática das tentativas realizadas mediante ofício, correspondências e encontros, em diferentes instâncias, com os responsáveis diretos pelos serviços à saúde; bem como, a necessidade de aumentar a contribuição sindical para fazer frente às demandas por assistência;
- finalmente, destaca o fracasso da implantação do Projeto de Saúde Comunitário-Preventiva devido a fatores já tratados (S.T.R.I.: 05).

É o esboço sistematizado, organizado do pensamento dos trabalhadores, oriundo da práxis desenvolvida. É a expressão de seu pensar e agir práticos frente à situação-problema.

Ora, essa intervenção da coordenação do encontro permite aos trabalhadores presentes captar e confrontar o conteúdo transmitido com o percebido em sua prática. Daí por que explicitam o significado - que tem para eles - "o mau atendimento médico-hospitalar". Por isso, trazem novos problemas, interligando-os a outros:

"Descontamos 2,5% de todos os produtos comercializados. Pagamos, mensalmente, taxa maior ao sindicato para se ter assistência odontológica, porque a verba, enviada pelo FUNRURAL, é insuficiente."

"Para se garantir contra a doença, aquele trabalhador que pode se associa ao convênio CO-TRIJUÍ/UNIMED, pagando ainda mais."

"Tem coisa pior ainda: antes, os médicos baixavam a gente no hospital somente nos casos de doença mais urgente. Agora, eles definem que somente se pode baixar em casos de extrema urgência."

Caracterizam, assim, o mau atendimento médico-hospitalar: "receitam medicamentos que não se encontram nas farmácias. Por isso, ao se procurar o médico para mudar a receita, paga-se novamente... Quando se precisa baixar o hospital, demoram atender. Há cobranças exageradas e cirurgias desnecessárias. Assim, a gente fica totalmente na dependência deles".

Estabelecem conexão com problemas de outra ordem. "Tudo o que compramos, sobe de preço todo o dia. Mas, o nosso produto vale pouco. Assim, não dá para agüentar. Assistência, Previdência, sistema de preços está tudo montado para tirar nosso dinheiro que está pouco" (S.T.R.I.:06).

Portanto, o pensar coletivo retraduz a situação-problema. Ela ganha mais corpo, ampliando-se. Revelam a consciência da correlação de forças, de sua dependência de classe, do conflito que existe. A subordinação não se restringe, unicamente, à área da saúde. São expropriados, também, pelo sistema de preços: "tudo está montado para tirar nosso dinheiro que está pouco. "Há, pois, um enriquecimento coletivo. Emerge do saber colocado pela coordenação. Este faz aflorar o saber dos trabalhadores antes explicitado..

Em continuidade ao que-fazer-pedagógico do encontro, a coordenação intervém, propondo-lhe outro desafio: conhecem os trabalhadores essa situação? E o que fazer para tentar resolvê-la?

A discussão grupal das questões aponta esses resultados:

- quanto à primeira questão: "cada trabalhador pensa no seu caso. É cada um para si. Não

se procura resolver os problemas com outros trabalhadores. E aqueles trabalhadores que não participam das reuniões são os mais prejudicados, porque, quando mal atendidos, não sabem o que fazer e pagam novamente por aquilo que não devem pagar".

"Os casos de mau atendimento vêm aumentando sempre mais. E mais gente está percebendo a necessidade de melhorar a Assistência e Previdência".

- Quanto à segunda questão sugerem: "discutir, em todos os núcleos, a situação apresentada, conscientizando os companheiros a tomar decisões conjuntas".

"Não descontar os 2,5%, enquanto não melhorar a Assistência e Previdência".

"O sindicato de Ijuí, precisa romper o convênio do FUNRURAL com o hospital, fazendo convênios com hospitais dos municípios vizinhos" (S.T.R.I.: 07).

A intervenção da coordenação desafia os participantes ao saber mais amplo da situação-problema. Os trabalhadores realizam a ação investigatória que consiste em compreender como os demais trabalhadores vêem sua própria situação.

Detectam que o problema é de todos, porém, a tentativa de solução continua individualista. E, porque, preservar e recuperar a saúde é uma necessidade e um serviço procurado por todos, logram consciência da necessidade de buscar, conjuntamente, a solução. Definem, como ação prática, não descontar mais os 2,5% e romper o convênio do FUNRURAL com o hospital de Ijuí, conveniando com hospitais dos municípios vizinhos.

Entretanto, com a reflexão em plenário, rejeitam as sugestões grupais porque inviáveis e prejudiciais, assumindo a realização do abaixo-assinado e da assembléia da Assistência e Previdência, já que, no momento, são atividades possíveis e não prejudicam a ninguém (S.T.R.I.: 10). E redefinem os passos estratégico-táticos da ação mobilizadora:

- "- realizar reuniões em todos os núcleos, dando a conhecer a situação apresentada e verificando quais são os problemas dos demais trabalhadores;
- mobilizar através de convites impressos; visitar professores das escolas, ministros do culto e outros trabalhadores para que incentivem a todos a participar das reuniões de núcleos;
- organizar um abaixo-assinado onde conste a assinatura de um grande número de trabalhadores; incentivar a realização de uma grande assembléia a fim de pressionar e reivindicar, convidando dirigentes do FUNRURAL, do INANPS e o próprio Ministro da Assistência e Previdência" (S.T.R.I.: 09).

O plano estratégico-tático os leva a pensar atividades práticas para tentar modificar e superar a situação-problema. A dedução lógica é esta: o saber da mesma situação pelos demais trabalhadores pode engajá-los numa ação conjunta. Portanto, a consciência, de que a demanda por Assistência e Previdência é de todos os trabalhadores, cria a estratégia prática da ação intencionada, tendo, como exigência, a participação ampla.

As reuniões de núcleos tornam-se espaço do debate e da ação-investigação coletiva acerca dos problemas vividos pelos demais trabalhadores. Dessa forma, cria-se um processo cooperativo socializador do saber comum relativo aos problemas de Assistência e Previdência mediado pelo processo dialógico de comunicação. Para que tal ocorra, atribuem à direção do sindicato, à comissão de saúde, a tarefa de coordenar e auxiliar nas reuniões de base, articulando o processo de mobilização. Assim instrumentalizados, partem para as atividades, realizando mais de 40 reuniões em diferentes núcleos.

O desafio colocado, ora pela direção e comissão de saúde, ora pelos representantes de núcleos, que coordenam as reuniões, se traduz nessa questão: quais os problemas que vocês têm? Após o levantamento dos problemas, feito conjuntamente pelos trabalhadores, são apresentadas as sugestões extraídas do encontro de representantes de 21/10/1979, aceitas como viáveis e possíveis:

- "- Falta melhor atendimento médico-hospitalar quando se baixa ao hospital pelo Convênio do FUNRURAL. E o pior é que a gente só pode se internar em casos de extrema urgência. Por isso, muitas consultas são pagas com dinheiro próprio. Os trabalhadores são obrigados a assumir todas as despesas;
- seguidamente, a gente não é atendida nos hospitais por que se diz que a verba do FUNRURAL já está esgotada. E nós, trabalhadores, pagamos novamente;
- o dinheiro que o FUNRURAL manda ao sindicato para assistência odontológica é insuficiente. Por isso, pagamos novamente, aumentando a mensalidade;

- falta uma política adequada. Por isso, nossos produtos têm baixo preço. O financiamento dos custeios da lavoura é caro demais, devido aos altos juros cobrados. O preço dos adubos, sementes e combustível são altos. E mais, o governo ainda bota confisco na soja" (S.T.R.I., 1979:08).

Os resultados dessas 40 reuniões de núcleos revelam, como constantes: 1) a falta de atendimento médico-hospitalar; 2) o internamento dos trabalhadores somente em caso de extrema urgência, devido aos escassos recursos vindos do FUNRURAL; 3) a precariedade da assistência ambulatorial e odontológica prestada pelo sindicato porque são insuficientes os recursos repassados; 4) a falta de uma política agrícola com preços compensadores para os produtos; 5) o elevado custo dos insumos agrícolas; 6) e o confisco da soja.

Uma vez mais constataam os problemas e suas consequências imediatas e conexões externas. Não se faz análise do processo de modernização e acumulação/reprodução capitalista articulada à estratégia do capitalismo mundial. Não se detecta o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, concentrador e excludente, que canaliza recursos para a industrialização e para o incentivo de produtos agropecuários exportáveis. Conseqüentemente, diminutos são os recursos repassados à Assistência e Previdência, educação e outros serviços. Em razão disso, os trabalhadores revelam a tendência moralista de imputar, unicamente aos médicos, hospitais e ao próprio FUNRURAL, a responsabilidade pela situação em que se encontra a Assistência e Previdência. É uma visão superficial, imediatista resultante de um conhecimento não científico da reali-

dade. É a visão centrada no saber popular, comum e prático.

A direção do sindicato, de posse dos resultados, convoca novo encontro de representantes de núcleos para 12/12/1979. Apresenta o relatório-síntese à discussão. Dela resultam, como problemas prioritários:

- "- falta de melhor atendimento médico-hospitalar e de serviços assistenciais e previdenciários;
- a necessidade de lutar para derrubar o confisco da soja; por melhores preços aos produtos agrícolas; por uma política agrícola mais justa e a questão do PROAGRO;
- a luta por terra sob a forma de reforma agrária" (S.T.R.I.:10).

Em seguida, no mesmo encontro, decidem a estratégia da continuidade da ação mobilizadora do abaixo-assinado e da grande assembléia:

- 1) "devolver, em novas reuniões de núcleos, os resultados das reuniões anteriores, de sorte que cada núcleo venha a conhecer a posição dos demais companheiros;
- 2) atribuir, aos representantes de cada núcleo, a tarefa de encaminhar a coleta de assinaturas para o abaixo-assinado e organizar grupos de transporte dos trabalhadores para a assembléia, marcada para 10/03/1980;
- 3) elaborar o Boletim - Nossa Luta da Saúde - para esclarecer e auxiliar na discussão junto à base. Esta tarefa fica a cargo da Direção do Sindicato e Comissão de Saúde" (S.T.R.I.: 11).

Essa estratégia compromete-se com a realização do abaixo-assinado e organização dos trabalhadores para a participação na assembléia da Assistência e Previdência. Esta, a decisão tomada. Para incrementar, impulsionar as diferentes atividades dos núcleos, estimulando-os à reflexão, atribuí-se à Direção do Sindicato, a elaboração do Boletim Nossa Luta da Saúde. Seu conteúdo, em síntese, se traduz assim:

- 1) estabelece a diferença existente entre FUNRURAL e Sindicato. Este "é órgão de classe para exigir e reivindicar nossos direitos. Aquele é um fundo de recursos para Assistência e Previdência, constituído pela arrecadação de 2,5% dos trabalhadores e 2,4% sobre os salários pagos pela indústria de transformação de produtos agrícolas;
- 2) explica que, pelo convênio existente entre FUNRURAL e hospital de Ijuí, os trabalhadores têm direito ao atendimento médico-hospitalar em todos os casos urgentes: a todo tipo de cirurgias e serviços de parto; exames clínico-laboratoriais, quando hospitalizados;
- 3) confronta os 21 benefícios assistenciais e previdenciários, recebidos pelos assalariados, com aqueles assegurados, em lei, aos trabalhadores rurais. Estes usufruem dos seguintes benefícios: aposentadoria, aos 65 anos de idade, com proventos de meio salário mínimo; auxílio acidente-de-trabalho, unicamente, para o chefe de família rural; assistência médico-hospitalar mediante convênio do FUNRURAL com o hospital; assistência ambulatorial e odontológica através de convênio do FUNRURAL, com o sindicato; e auxílio funeral;

- 4) conclui-se com a seguinte reflexão: "Nós os produtores, fazemos a terra produzir. Colocamos produtos na mesa de muita gente. Mas, a cada dia que passa, somos mais explorados e pobres." Reportam-se, ainda, ao baixo preço dos produtos; ao elevado custo dos insumos; aos precários serviços de Assistência e Previdência e à falta de terra para produzir. E concluem com essas perguntas: aonde vai parar nosso dinheiro? quanto pagamos pela saúde de nossa família? diante disso, podemos ficar parados? (S.T.R.I., 1979:2-8).

Esse Boletim circula em todos os núcleos e se faz instrumento de esclarecimento e entendimento da situação-problema vivida pelos trabalhadores. Fornece informações, estimula o debate, o diálogo e a reflexão.

Os trabalhadores, ao mesmo tempo em que encaminham o abaixo-assinado, multiplicam reuniões e, no debate, formulam o conteúdo de suas reivindicações relativas à Assistência e Previdência:

- "- aposentadoria para os trabalhadores, aos 55 anos ou 35 anos de serviço;
- para as trabalhadoras, aos 30 anos de serviço ou 50 anos de idade, com proventos de um salário mínimo para trabalhadores e trabalhadoras;
- a baixa hospitalar, em qualquer hospital, desde que se comprove ser contribuinte à Assistência e Previdência;
- isenção de qualquer despesa com consultas, exames clínico-laboratoriais. Tudo deve ser gratuito;

- direitos e benefícios iguais àqueles dos trabalhadores urbanos" (S.T.R.I.: 1980).

Desta forma, a síntese desenvolvida, e o conjunto das atividades mediadas pela Ação Sindical articulam o pensar e o agir dos trabalhadores, reconhecendo-se como sujeitos de direitos assistenciais e previdenciários.

A prática sindical - ação-reflexão-ação dos trabalhadores engendra todo um processo cooperativo e solidário onde acontecem o saber e o educativo mediados pelo diálogo, pelo debate, pela interação comunicativa entre os trabalhadores, articulando-os conscientemente, sobre o que, porque e como fazer para obter os direitos assistenciais e previdenciários. Torna-se um processo educativo reprodutor/produtor da existência dos trabalhadores, ainda que sujeitos ao capital. É ação educativa de resistência/inação, enquanto reivindicam maior partilha e qualidade dos serviços assistenciais e previdenciários reconhecidos como direitos seus.

Recorre-se aqui, à categoria da reprodução porque, os homens, para a manutenção/reprodução de sua existência, necessitam produzir, produzindo, ao mesmo tempo, o modo capitalista de produção. Necessitam, pois, reproduzir as condições dessa produção. Entretanto, a reprodução não ocorre de modo mecânico, porque se dá dentro de uma tensão, onde a contradição joga papel fundamental na transformação das relações capitalistas existentes. A contradição aponta não só o que pode ser mudado mas qual o direcionamento do que está mudando ou se procura mudar. Negar a contradição é abraçar o conservadorismo.

A educação em geral, e a prática sindical, como prática educativa, se revela um processo mediador do saber e da educação capaz de fazer surgir um conjunto de atividades, de práticas político-pedagógicas, entre si articuladas e conscientes, no interior da mesma totalidade em que o capital impõe sua pedagogia de dominação. Por isso, a ação-reflexão-ação, mediatizada pelo sindicato não só reproduz a existência dos trabalhadores sujeitos ao capital mas pode se constituir no processo de resistência, enquanto articula, organiza os trabalhadores para reivindicar conscientemente direitos assistenciais e previdenciários. Com isso não inovam porque suas atividades fazem parte das relações capitalistas. Além disso, os trabalhadores, no Boletim Nossa Luta da Saúde, revelam que passam de uma consciência individualista do problema à consciência de que o problema é de todos; que sem luta e organização enfrentariam sérios problemas de saúde; que a direção e os representantes de núcleos assumem o que os demais trabalhadores decidem, isto é, o abaixo-assinado e a assembléia; que a participação é massiva, ampla e muito animada (S.T.R.I., 1980:04).

É, pois, todo o processo de mobilização, de articulação de atividades conjuntas que é produto e produtor do saber prático dos trabalhadores no enfrentamento dos problemas imediatos, relativos à Assistência e Previdência.

A assembléia da Assistência e Previdência torna-se um espaço político-pedagógico significativo da expressão desse saber. Porém, qual a sua abrangência? Qual seu nível? E quais seus rumos?

2.2- A Grande Assembléia e seu Conteúdo

A ação anterior desencadeia um processo de saber que se expressa na assembléia de 10/03/1980, à qual comparecem mais de quatro mil trabalhadores.

O Presidente do Sindicato, em presença do Diretor do INANPS, do INPS, do FUNRURAL, dos Dirigentes Sindicais da Região, do representante do Ministro de Assistência e Previdência, e do representante da FETAG, inicia a assembléia com estas palavras que, basicamente, expressam os objetivos da mesma:

"Nós estamos aqui por motivos de Assistência e Previdência. Apresentar os problemas que enfrentamos. Falar da disparidade existente entre o trabalhador urbano e rural. Estamos aqui para discutir com as autoridades presentes esta questão" (UNIJUÍ/FIDENE, 1980).*

Em seguida, coloca o microfone à disposição para livre manifestação dos trabalhadores. Homens, mulheres e jovens se manifestam. O conteúdo das manifestações revela:

1) a consciência dos direitos assistenciais e previdenciários e da injustiça sofrida pela precariedade e negação dos mesmos fazem com que:

"Esta massa enorme que está aqui tem motivo para acontecer. É fraca a assistência ao pe-

*

Todos os dados desse ponto são extraídos desse Relatório, bem como da Gravação da assembléia. Cf. in Museu Antropológico da Universidade.

queno produtor. O agricultor paga 2,5% sobre tudo quanto vende ao FUNRURAL. E cada vez mais diminui a assistência para os contribuintes. Estamos aqui para clamar e exigir nossos direitos".

"Somos forçados a procurar atendimento médico-hospitalar em cidades vizinhas e assumir todas as despesas... Autoridades, é uma injustiça o que o governo está fazendo conosco."

2) esta injustiça reveste-se de novos aspectos e se expressa também na discriminação legal e real existente entre o trabalhador urbano e rural, que se aposenta aos 65 anos e com meio salário mínimo:

"Por que não somos atendidos em qualquer hospital apresentando a carteirinha de contribuinte do FUNRURAL? Por que esperar até aos 65 anos para se aposentar com meio salário mínimo? É uma aposentadoria ridícula, humilhante, injusta e desumana. É menor que o custo de um almoço dos figurões do País, num restaurante... Um funcionário público se aposenta aos 20 ou 30 anos de serviço... Por que essa diferença, essa discriminação? Queremos direitos iguais!"

3) o tratamento desigual, a discriminação, a injustiça praticada com os trabalhadores está implicada com a desvalorização do trabalhador e com a negação da vida e o banimento dos mesmos do meio rural.

"Essa discriminação é injusta, irracional, desumana e cruel. Será que nosso trabalho não é benéfico à Pátria? Parece que os homens que dirigem o Brasil, que redigem as leis, querem banir do meio rural e da vida aqueles que trabalham."

4) as trabalhadoras rurais, presentes em grande número, atacam a discriminação legal e social a que estão sujeitas. Não são reconhecidas como trabalhadoras e por isso não têm determinados benefícios assistenciais e previdenciários:

"Nos recenseamentos e em nossos documentos constamos como domésticas. Não somos reconhecidas como trabalhadoras. Somos social e legalmente discriminadas. Por isso nos negam serviços assistenciais e previdenciários, tais como aposentadoria, acidente-de-trabalho e outros.

Até agora estivemos dormindo. Agora estamos acordadas. Chegou a hora de perguntar: quais os benefícios da trabalhadora rural pelo seu trabalho de sol-a-sol junto ao companheiro? Até agora, nenhum."

Entretanto, a consciência de serem trabalhadoras social e legalmente discriminadas leva-as a reivindicar direitos iguais às trabalhadoras urbanas:

"... Nós queremos, exigimos direitos iguais às trabalhadoras urbanas: auxílio-natalidade, doença, acidente de trabalho, aposentadoria e pensão por viuvez. Por que a trabalhadora rural não tem esses direitos? Nosso trabalho não vale" ...Hoje estamos exigindo nossos direitos... E vamos continuar reivindicando..."

5) inter-relacionam os problemas de Assistência e Previdência à estrutura do sistema capitalista vigente. Para um governo responsável, a saúde do povo está a mercer cuidados especiais:

"O governo 'progressista' gerou um capitalismo voraz... a maioria dos trabalhadores trabalham

muito e ganham pouco... Alguns trabalham pouco e ganham muito. O governo é rico, mas a maioria do povo fica cada dia mais pobre... A saúde do povo deve merecer cuidados especiais de um governo responsável, pois, um povo sadio é capaz de lutar e vencer."

"A saúde depende de preços justos; habitação digna, poder vestir, estudar e merecer o devido lazer."

Referem-se à Reforma Agrária dizendo:

"Essa não saiu do papel e da conversa dos governantes". E perguntam: "o que adianta a Reforma Agrária sem condições de produção e saúde?"

O capitalismo progressista enriquece a poucos. Explora os trabalhadores rurais dos frutos de seu trabalho. Negalhes, assim, melhores condições de habitação e saúde. Em outras palavras: "Assistência e Previdência tem a ver com política agrícola, com a questão da terra, com o próprio desenvolvimento em curso. Logo, tem raízes estruturais."

6) a seguir ocorrem manifestações do representante da FETAG e dos dirigentes sindicais da Região. O teor de suas manifestações, resumidamente, se traduz assim:

"A situação dos trabalhadores de Ijuí, guardadas as especificidades de cada município, representa a situação de todos os trabalhadores rurais do Estado. Por isso, é preciso uma luta organizada e de todos os trabalhadores. Encarrecem 'a necessidade de somar forças e ampliar a luta a fim de resolver os problemas mais urgentes de Assistência e Previdência'."

Os diretores do INANPS, INPS e FUNRURAL e o representante do Ministério de Assistência e Previdência não fogem ao discurso oficial:

"As reivindicações e problemas seriam levados às autoridades competentes e certamente seriam tomadas medidas cabíveis para solucionar os problemas apresentados e, na medida do possível, responder, positivamente, às justas reivindicações dos trabalhadores."

7) diante das manifestações das autoridades presentes, os trabalhadores reagem: não entregam o abaixo-assinado ao representante do ministro. Sugerem uma comissão para ir a Brasília e entregá-lo em mãos ao ministro. Além disso, apresentam a seguinte proposta: "realizar uma passeata pela rua central da cidade em sinal de protesto pela situação vivida pelos trabalhadores. "É aprovada por todos. E a passeata acontece com aplausos da população que se posta nas calçadas. Em frente à sede do sindicato, o presidente despede os trabalhadores, fazendo um retrospecto da caminhada, convidando-os a permanecerem unidos porque "a luta é longa, e novas lutas são necessárias." E se expressa nesses termos:

"Essa grande manifestação começou nas reuniões de núcleos, nos encontros de líderes, nas conversas realizadas durante a campanha do abaixo-assinado; nas conversas feitas nas famílias, nas canchas de boxas e hoje é seu ponto alto. Mas a luta continua. É longa. O confisco da soja está aí: Vamos continuar unidos" (S.T.R.I., 1980:10).

A passeata é um fato político significativo: protesta contra a postura e o discurso das autoridades. Os agri-

cultores rejeitam a condição de expropriação e a dura situação em que vivem, interligando-se intimamente às manifestações anteriores. Os resultados dessa etapa, a nível dos trabalhadores em geral, se expressam pela avaliação, em novas reuniões de núcleos, cuja síntese é a seguinte:

- a) "destacam a participação massiva: jovens, mulheres, homens e crianças com cantos, poesias, representações teatrais; organização de equipes de confecção de cartazes; equipes de primeiros-socorros e de transporte de trabalhadores à assembléia;
- b) revelam saber, agora, a diferença existente entre FUNRURAL e sindicato;
- c) assinalam, como resultado imediato no que se refere à assistência médico-hospitalar, a renovação do convênio do FUNRURAL com o hospital de Ijuí em melhores condições que o anterior. Em contrapartida, denunciam o golpe desferido pelo poder contra o sindicato, proibindo-o de fornecer as guias de internamento hospitalar aos trabalhadores. Esta foi a condição imposta pelos médicos que dirigem o hospital. Caso contrário, não renovariam o convênio;
- d) expressam a consciência da grande injustiça e subordinação que padecem frente à ação da classe dominante: "somos discriminados na Assistência e Previdência, na política de preços dos nossos produtos, no custeio da lavoura; ficamos amarrados aos bancos; e a Reforma Agrária não sai. Tudo isso, em caso de doença grave, pode nos levar à falência" (S.T.R.I., 1980:07).

Salienta-se que esses aspectos da avaliação, realizada em reuniões de núcleos, são devolvidos aos trabalhadores através do Boletim Nossa Luta pela Saúde, de 15/06/80. É a forma concreta pela qual o sindicato socializa o ponto de vista, o saber produzido no curso dessa etapa da luta.

E porque os trabalhadores, na assembléia, se referem ao governo e a sua ação política, recorre-se a seus depoimentos através de entrevistas a fim de captar o que entendem por governo e sua ação.

"O governo é dos ricos e para os ricos. Eles estão lá e mandam do jeito que mais lhes interessa. Concedem migalhas aos trabalhadores para ficar vivos e trabalhar para eles."

"Nossos direitos estão na lei, mas eles, os ricos e seu governo, não cumprem a lei. É preciso pressionar, lutar para que cumpram a lei. Nem o que a lei manda, eles dão aos trabalhadores."

"Na luta da Previdência e Assistência a gente aprendeu se unir, discutir, organizar a luta e enfrentar gente graúda. Ficou claro na cabeça de muito trabalhador que a luta pressiona. Eles concedem alguma melhora, mas é pouca. É preciso luta grande, luta de todos; unir os trabalhadores da roça e da cidade. Mas isso é um trabalho longo e demorado. Não é fácil aguentar."

O processo de mobilização da base tem seu ponto alto na assembléia. Os trabalhadores se reconhecem, ainda que subordinados ao capital, como sujeito histórico, concreto, de direitos assistenciais e previdenciários, como tais percebidos. Por isso, reivindicam e protestam contra a precariedade

dos mesmos. Saber que se expressa na recusa da discriminação legal e real; no confronto com os benefícios assistenciais e previdenciários prestados aos trabalhadores urbanos. Saber que se manifesta na sensibilidade profunda que associa a ação legisladora dos dirigentes do país à percepção do banimento do meio rural e da vida. Saber que se expressa na consciência de que o governo progressista, que desenvolve um capitalismo voraz se apropria dos frutos do seu trabalho através da política de preços mínimos, privando-os de melhores condições de moradia, higiene, educação e lazer. Saber que vê, na ação do governo dos ricos e para os ricos, um instrumento que medeia a dominação, a exploração sofridas. Saber que vê, no descaso com a saúde do povo, a irresponsabilidade.

As mulheres que trabalham no campo, por sua vez, logram saber que não são reconhecidas como trabalhadoras. Por isso, lhes são negados serviços assistenciais e previdenciários. Recusam, pois, a discriminação real e legal sofridas até perante seu companheiro com o qual labutam de sol-a-sol.

Saber que nasce do processo coletivo de constatação de problemas, do planejamento, do conjunto das atividades realizadas, mediatizadas pelo sindicato. Saber que, na ação avaliadora, se manifesta na percepção do resultado imediato obtido através de novo convênio do FUNRURAL com o hospital de Ijuí; na proibição do sindicato continuar emitir as guias de internamento hospitalar dos trabalhadores; na necessidade de organizar e lutar para fazer valer seus direitos.

Portanto, o processo de organização e mobilização da luta por Assistência e Previdência gestou um saber prático

com o qual os trabalhadores enfrentam os problemas relativos à Assistência e Previdência. Na lógica da reprodução e acumulação capitalista, os trabalhadores, ainda que determinados pelo capital, não são sujeitos absolutamente determinados pela pedagogia do capital que se concretiza nas políticas sociais de produção e distribuição de serviços. Nesse processo, onde está implicada a contradição, os trabalhadores, se organizando e realizando um processo participativo, se educam, produzindo um saber pragmático e fragmentado. O capital também se educa, criando novos mecanismos de reprodução e subordinação dos trabalhadores; ocorre uma reprodução ampliada.

Ressalte-se que nesse processo se faz presente, em alguns momentos, a assessoria do IEP. Entretanto, em nenhum momento se depara com um aprofundamento teórico que oriente os trabalhadores em suas lutas, que ultrapasse a definição da estratégia político-tática da organização e planejamento das mesmas. O investigativo, o participativo, o comunicativo se restringem unicamente a técnicas que impulsionam o debate e a organização mais horizontal e aparentemente democráticas. Entretanto, esse processo não pára. Tem sua continuidade na participação dos trabalhadores de Ijuí na luta mais ampla e na elaboração do Projeto de Assistência/Previdência coordenado pela FETAG. Qual a abrangência do saber produzido nessas etapas? Como é produzido? E quais seus rumos?

2.3- A Participação na Luta mais Ampla

A participação dos trabalhadores rurais de Ijuí na luta mais ampla integra-se na Pedagogia hegemônica do capital

que, na produção e nas demais práticas sociais, desenvolve todo um processo educativo de produção da existência dos trabalhadores. Os determinantes imediatos, que condicionam a participação dos trabalhadores rurais de Ijuí na luta mais ampla por Assistência e Previdência rural, são as seguintes:

1) o primeiro deles é o projeto do governo federal, enviado ao Congresso, referente à Assistência e Previdência. Introduce modificações, apresentando dois planos. Um deles aumenta a contribuição de 2,5% para 3%, conservando os mesmos benefícios. O outro aumenta a contribuição dos trabalhadores rurais para 3,5% e mais 8% do salário mínimo para os jovens rurais de 18 anos que não possuem terra para produzir por conta própria. Concede aposentadoria aos 55 anos àqueles trabalhadores que tenham contribuído durante 35 anos e às trabalhadoras aos 50 anos, após 30 de contribuição. Possibilita, também, a cada trabalhador optar por uma aposentadoria maior que um salário mínimo desde que recolha contribuição correspondente à aposentadoria pleiteada. Conseqüentemente, o projeto, além de aumentar a contribuição, proporcionaria a aposentadoria para a grande maioria dos trabalhadores aos 65 anos e com proventos de meio salário mínimo, caso não contribuíssem com 3,5%.

Essa situação criada pelo projeto desencadeia protestos generalizados nos diferentes Estados. No Rio Grande do Sul, os sindicatos dos trabalhadores rurais, sob a coordenação geral da FETAG, multiplicam passeatas de protesto a nível de cada sindicato, a nível regional e a nível estadual. Outras federações e a própria CONTAG se mobilizam. Diante da

pressão feita pelos singulares sindicatos, federações e CONTAG, o governo retira o projeto que estabelece os planos assistenciais e previdenciários referidos (FETAG, 1980:02).

2) o segundo determinante legal é a portaria nº 2576 do Ministério da Assistência e Previdência de 21/06/81. Através dela concede-se aos trabalhadores, durante o período de internamento, atendimento médico-hospitalar e exames laboratoriais gratuitos, bem como medicamentos, tenha ou não o hospital farmácia própria. Essa portaria resulta, por sua vez, da pressão dos sindicatos e respectivas federações em sua articulação com a CONTAG. Entretanto, médicos e hospitais, devido aos diminutos recursos repassados, negam-se a executar a portaria, acarretando sérios problemas aos trabalhadores. As mobilizações de pressão pró-execução da portaria sucedem-se nos diferentes estados, sendo reduzido o número de hospitais que cumprem a portaria (FETAG, 1981/82/83/84).

Em maio de 1984, o Ministro Passarinho anuncia o PLANO PARANÁ que passa a vigorar, a título de experiência, para os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Reestabelece, nos moldes da portaria 2576, os mesmos benefícios assistenciais e, além disso, em casos de urgência, os trabalhadores podem baixar ao hospital sem autorização prévia (AIH), devendo providenciá-la dentro de 72 horas. Entretanto, decorridos alguns meses, o Plano Paraná é suspenso, alegando-se falta de recursos e inúmeras irregularidades cometidas por hospitais e médicos. Outra vez, agrava-se a situação para os trabalhadores rurais que se vêm às voltas com graves problemas de atendimento médico-hospitalar. Ocorrem, inclusive, mortes por falta de atendimento.

Explodem em todas as regiões do estado movimentos de protestos, passeatas e concentrações, reivindicando assistência médico-hospitalar.

A FETAG, sensível à situação e pressionada, convoca os dirigentes sindicais do estado. Pressionam os poderes públicos - executivo e legislativo no intuito de exigir, junto ao Ministro da Assistência e Previdência, o retorno do Plano Paraná. Os referidos poderes agem fortemente. Contudo, o Ministro mostra-se irredutível. É criada uma comissão de dirigentes para ir a Brasília negociar com o Ministro. Após algum tempo de contínuas negociações, o atendimento hospitalar, nos moldes do Plano Paraná, é reestabelecido. É mais uma vitória dos trabalhadores organizados, mobilizados para reivindicar seus direitos.

A participação dos trabalhadores rurais de Ijuí se limita a discutir as questões nos núcleos, a realizar concentrações em praça pública, criticando a atitude do ministro, dos médicos e hospitais. E, além disso, participam de concentrações realizadas em Porto Alegre (S.T.R.I., 1983:84).

No espaço ocorrido entre a portaria 2576 e o Plano Paraná, a FETAG, pressionada pelos dirigentes sindicais do estado, em assembléia geral, assume, como prioritária, a luta por Assistência e Previdência rural, definindo o seguinte plano de ação:

- "- elaborar um esboço de anteprojeto de Assistência e Previdência rural para servir de ponto de partida à discussão das bases, colhendo sugestões dos trabalhadores;

- ampliar a Comissão de Saúde e Previdência da FETAG, sendo integrada por trabalhadores das 19 regionais sindicais da FETAG;
- confeccionar folhetos e boletins para auxiliar os sindicatos nas discussões junto às suas respectivas bases;
- realizar encontros, passeatas, concentrações a nível municipal, regional e estadual, buscando comprometer outras federações e a própria CONTAG" (FETAG, 1982:09-11).

A partir desse plano da FETAG, Ijuí entra novamente em cena. Nas reuniões de núcleos, os agricultores discutem e confrontam os dois planos do projeto do governo Figueiredo. Rejeitam-no por esses motivos:

"Muda muito pouca cousa. Em verdade, piora para o nosso lado, porque a grande maioria somente se aposentaria após os 65 anos... É mais uma forma de pegar nosso dinheiro que está difícil de ganhar."

Além disso, somente alguns trabalhadores conseguem contribuir como o governo coloca no plano. Para a maioria, é impossível. É mais uma maneira de nos dividir e fazer diferença entre nós " (S.T.R.I., 1982:83)

A reflexão avança. Confrontam os benefícios e direitos usufruídos pelos assalariados urbanos e aqueles dos trabalhadores rurais. E partem dessa questão: que benefícios e direitos temos hoje? E assinalam:

"Aposentadoria por velhice e invalidez com proventos de meio salário mínimo; pensão para viúvas e acidente-de-trabalho unicamente para o chefe da família rural; auxílio funeral e

amparo providenciário aos 70 anos e, além disso, assistência-médico-hospitalar."

Além dos direitos e benefícios já assegurados, propõe ao projeto da FETAG:

"Aposentadoria aos 55 anos para o trabalhador rural e aos 50 anos para a trabalhadora com proventos de um salário mínimo, e/ou aposentadoria, por tempo de serviço comprovado, aos 35 anos para o homem e aos 30 anos para a mulher trabalhadora rural."

"Aposentadoria especial aos trabalhadores(as) que realizam trabalhos em ambiente insalubre e perigoso; aposentadoria acidentária para homem, mulher e filhos que trabalham na lavoura; auxílio-natalidade e reclusão; salário-família para filhos menores de 14 anos; salário-natalidade até 3 meses após o parto; 13º salário e abono de permanência em serviço para quem quiser continuar trabalhando; auxílio funeral e pensão vitalícia para os trabalhadores com mais de 70 anos que não usufruem de nenhum outro benefício.

Para enfrentar os custos da Assistência e Previdência sugerem:

"aumentar a contribuição de 2,5% para 3%, uma vez comprovada a insuficiência atual da arrecadação; taxaço maior sobre produtos supérfluos; impostos de renda maiores sobre os lucros bancários; participação da União para cobrir eventuais insuficiências de recursos; participação dos trabalhadores rurais no conselho fiscal a fim de controlar a aplicação dos recursos para fins de assistência; a caça aos sonegadores da Previdência" (S.T.R.I.: 1983/84/85).

No processo de discussão do projeto, a direção do Sindicato, a Comissão de Saúde, intervêm de forma concreta através destas questões: quem se beneficia com o atual modelo de benefícios existentes? Qual o modelo de saúde que serve para nós? O da privatização da saúde? O da estatização? A socialização? Por quê? E verifica-se que,

1) o lucro se revela como um dos aspectos principais:

"Grupos econômicos entram na área da saúde. São empresas particulares. Vendem planos e seguros de saúde. Empregam médicos, enfermeiras, mas seu objetivo é o lucro... Aproveitam-se da falta de recursos para Assistência e Previdência e da necessidade do povo."

"Há muito tempo, a saúde do povo virou mercadoria... E a privatização da saúde cresce sempre mais..."

2) Entretanto, "a saúde do povo é de responsabilidade do governo", que se omite:

"Deixa para os grupos econômicos e empresas fazê-lo. Assim, nós, trabalhadores, sofremos a dominação. Somente com muita pressão e organização se pode mudar alguma coisa (S.T.R.I., 1983:04-6).

3) Reportam-se, ainda, aos três modelos de serviços à saúde desta forma:

"O modelo de serviço à saúde do país não precisa ser o privado. Mas, é o que predomina... A maioria dos hospitais pertencem a médicos e a outros grupos."

"Existe, também, o serviço estatal de saúde. O estado controla e deve prestar assistência e previdência segundo as necessidades de todo povo. Sabemos, pela experiência, que isso não acontece."

"O outro modelo é o da socialização dos serviços à saúde a todos os cidadãos principalmente aos trabalhadores. Neste sistema, todo povo discute, controla, fiscaliza a Assistência e Previdência. Mas isso ainda está muito longe de acontecer... (S.T.R.I., 1983/84/85).

Esse projeto elaborado e coordenado pela FETAG e discutido com outras federações dos sindicatos de trabalhadores rurais e CONTAG é entregue ao Ministro da Assistência e Previdência e aos presidentes da Câmara e do Senado, em maio de 1985. Durante a Constituinte, as federações e CONTAG pressionam a fim de que os interesses dos trabalhadores, no que se refere à assistência e previdência rural, sejam levados em conta na elaboração da nova Constituição da República, o que, efetivamente, ocorre.

2.4- Análise do Processo da Luta por Assistência e Previdência

A prática sindical torna-se processo educativo mediador do saber prático dos trabalhadores. Nele e por ele, discutindo, dialogando em diferentes níveis - direção e representantes de núcleos e estes com os demais trabalhadores - definem objetivos prioritários e as atividades-meio para consegui-los, de forma participativa e coletiva.

A estratégia político-pedagógica e tática, antes referida, compreende estes passos. Num primeiro momento, mediados pela intervenção da direção, assessoria e representantes realizam o levantamento participativo-coletivo dos problemas em reuniões de núcleos. Detectam os problemas e sugestões de atividades práticas para resolvê-los. Preocupam-se, outrossim, com a percepção que os trabalhadores têm dos mesmos. Constatam, pois, os problemas, suas conseqüências e conexões externas. Utilizam, quase sempre, perguntas como estas: Quais são os problemas? E o que fazer para resolvê-los? Ocorre, pois, a socialização dos problemas comuns percebidos como tais pelos trabalhadores de cada núcleo e das propostas para solucioná-los. Instala-se um processo de diálogo e comunicação entre os trabalhadores.

O segundo momento do processo da organização da luta dá-se pela "arrumação", listagem dos problemas e sugestões levantados pelos singulares núcleos. Detectam quais os problemas comuns e propostas surgidas nos diferentes núcleos. Definem, nesse momento, os problemas prioritários e urgentes, levando em conta as propostas emanadas dos núcleos. Geralmente participam, desse momento, a direção, assessoria, representantes de núcleos e demais trabalhadores interessados. A instância pedagógica utilizada é o encontro de representantes.

O terceiro momento compreende a estratégia de "devolução" às bases em novas reuniões de núcleos. Esse terceiro momento objetiva a socialização coletiva dos problemas, as atividades e propostas oriundas dos singulares núcleos. É nesse momento que os trabalhadores tomam consciência que os pro-

blemas prioritários e urgentes são a conquista de melhores condições de Assistência e Previdência, a derrubada do confisco e a luta por política agrícola mais justa. O problema mais urgente a enfrentar é o problema de assistência médico-hospitalar e previdência. Assumem, como atividades possíveis, o abaixo-assinado, a assembléia da Assistência e Previdência e, posteriormente, se inserem na luta mais ampla, sob a coordenação da FETAG, lutando pela retirada do projeto do governo acerca de Assistência e Previdência e contribuindo na elaboração do Projeto da Assistência e Previdência rural, coordenado pela FETAG.

Esse momento desemboca no planejamento do conjunto de atividades práticas desenvolvidas na base, sob a coordenação, ora da direção, ora dos representantes de núcleos, impulsionadas pelos diferentes boletins, já referidos na descrição deste processo. Neste processo tem vez a investigação, a participação, a comunicação, todos os componentes do pedagógico.

O último momento do processo, vinculado aos anteriores, é avaliação da prática. Esta não aprofunda, nem teoriza. Simplesmente faz uma constatação e listagem dos resultados alcançados e das dificuldades da ação. Não ultrapassa esses limites.

Emergem, além disso, do interior do processo, outros elementos significativos como o caráter político-pedagógico. É a interação que se estabelece entre os trabalhadores em distintos níveis, a intercomunicação que acontece na prática e pela prática que lida com o saber, com a intencionalidade e objetivos explícitos: a busca, através de atividades,

de propostas reivindicatórias, de melhores serviços assistenciais e previdenciários, solidária e coletivamente perseguidos.

Vale ressaltar ainda seu **caráter democrático** porque se busca a participação ativa dos trabalhadores, tentando romper com a coerção das cúpulas e com o autoritarismo. Em consequência disso, o planejamento da ação - uma forma de intervenção pedagógica - se funda nas categorias da participação e comunicação. Participação da diretoria do sindicato, da assessoria, dos representantes, e dos singulares trabalhadores nas diferentes atividades planejadas e levadas a efeito.

Através da comunicação se estabelece a relação pedagógica fundada no diálogo engendrador de todo processo interativo entre os trabalhadores que elaboram coletivamente o consenso sobre **o que, para que, com que e como fazer** para enfrentar os problemas imediatos. Desta forma, comunicação e educação se constituem em dois aspectos complementares, embora diferentes, do mesmo processo. Assim sendo, segundo Nuñhes (1985:127) em vez de educação comunitária, pode se falar em comunicação educativa porque todo o processo educativo implica, ao mesmo tempo, num processo de comunicação, incidindo no nível de consciência, objetivo do processo de educação.

Enfatizam as características comuns em vez de individuais, o concreto ao invés do abstrato, a identidade social - o nós, invés da identidade pessoal - o "eu", suas próprias semelhanças e interesses comuns. (Nicolaci, 1987:44-7). Desta forma constroem, nas lutas práticas, a memória coletiva em que saber e comportamento emergem do interior das mesmas e do cotidiano de sua existência.

Dizem os trabalhadores que os objetivos de suas lutas é comprometer, organizar e elevar o nível de consciência. Ora, levantar problemas coletivamente; perceber suas causas e conexões imediatas não significa, necessariamente, compreensão e consciência crítica da realidade. O processo de luta que rompe com a inibição e passividade dos trabalhadores, embora necessário e de validade prática, não é suficiente.

O desenvolvimento da compreensão e consciência crítica dos trabalhadores está a exigir o pensamento crítico, questionador da realidade e da ordem vigente, das relações e atividades práticas de que participam. Importa capacitar os trabalhadores através da apropriação do conhecimento científico que rompe com o saber prático, instrumentalizando-os para ação política transformadora.

É insuficiente a dimensão "crítica" que se atém à denúncia, ao protesto, à propostas reivindicatórias e não explicita o propósito daquilo que se questiona e critica. Torna-se indispensável ao avanço político-qualitativo e eficaz ultrapassar os limites da identificação dos problemas, de seus lugares comuns e coincidências. Importa alcançar com eles o rigor teórico-crítico.

Os depoimentos dos trabalhadores, colhidos nas entrevistas, confirmam a necessidade da compreensão teórico-crítica da realidade envolvente:

"Em nossas lutas atacamos diretamente as conseqüências dos problemas. O difícil é chegarmos à raiz dos problemas. Pela luta a gente se dá conta de que precisa preparo, capacitação e

mais estudo para entender o modelo de desenvolvimento econômico e o tal capitalismo, em fim, esse modelo de vida implantado contra a maioria dos trabalhadores."

Detectam, pois, a insuficiência da reflexão que fazem, recuperando a necessidade da teorização da própria prática. E não se realiza a teorização da prática sem apropriação; pelos trabalhadores, dos princípios metodológicos-científicos.

Ressalte-se, finalmente, que até esse momento está presente a assessoria do IEP. Mas qual a contribuição da assessoria, enquanto educador, se os trabalhadores reclamam preparo e detectam a necessidade da compreensão crítica da realidade?

O intelectual-educador que fica ao nível do saber prático dos trabalhadores impõe sua estratégia e/ou então revela sua incompetência. Na relação pedagógica ele é diferente justamente porque possui ou deveria possuir conhecimento científico necessário à teorização prática. Sem isso relega os trabalhadores ao nível do saber comum e envolto em seus limites, sem contribuir para rompê-los. Isso é extremamente complicador e grave. Foi essa a grande denúncia de Marx contra os sindicatos de sua época. O que estes faziam se enquadrava nos marcos da negociação capitalista numa luta mútua por fatias maiores de benefícios do sistema.

Esses, os elementos significativos do processo da luta por Assistência e Previdência. Contudo, a prática sindical tem continuidade e se expressa na luta por política agrícola. Qual a abrangência, profundidade e limites do saber educativo nela produzidos? Este, o estudo a ser feito.

CAPÍTULO III

A LUTA DA POLÍTICA AGRÍCOLA

A ação sindical - como prática educativa intencionalmente organizada - compreende a derrubada do confisco da soja; o boicote do leite; a suspensão da comercialização dos produtos da pequena propriedade; e a contribuição dos trabalhadores de Ijuí ao projeto de "viabilização econômica e social da pequena propriedade", coordenado pela FETAG. Quanto ao projeto, os trabalhadores rurais de Ijuí apresentam propostas relativas ao crédito subsidiado, à política de preços mínimos e PROAGRO (S.T.R.I., 1981/82/83).

Os trabalhadores entendem, como política agrícola, "o conjunto de normas atinentes à distribuição do crédito de custeio e financiamento à política de preços mínimos e PROAGRO (S.T.R.I., 1987:03).

Descrevem-se as lutas dos trabalhadores, a maneira de encaminhar as diferentes ações e as propostas para superação dos problemas.

1 - A DERRUBADA DO CONFISCO DA SOJA

A determinante imediata desta atividade é a medida governamental de cobrar 13% de imposto sobre cada saca de soja comercializada. A medida agrava mais ainda a difícil situação dos pequenos produtores.

Os trabalhadores de Ijuí, na organização da luta por Assistência e Previdência, assinalam, como problema urgente a ser enfrentado, "o confisco da soja" (S.T.R.I., 1980:05).

Em 13 de março de 1980, a direção do sindicato de Ijuí convoca um encontro dos dirigentes sindicais da Regional Sindical afim de tomar posição frente ao problema do confisco da soja. E frente ao confisco decidem:

- "- constatar, junto às bases de cada sindicato, a existência ou não do problema;
- enviar ofício aos sindicatos da região produtora de soja, convidando-os a uma reunião em 21/03/80, em Ijuí, para discutir o problema, trazendo sugestões da base" (R.S. de Ijuí, 1980:03).

É este o encaminhamento dado à preparação da reunião do dia 21/03/80.

Os trabalhadores rurais de Ijuí, em reuniões distritais, formulam suas propostas cuja síntese é esta:

"boicotar o plantio do trigo, caso o confisco não seja retirado; reduzir a taxa de juros do custeio e financiamento da lavoura; colocar as máquinas nas ruas entregando as chaves ao Banco do Brasil; e criar uma comissão de trabalhadores para negociar, com as autoridades de Brasília, a retirada do confisco" (S.T.R.I.:03-5).

Na data de 23/03/80, acontece, em bosque próximo à FIDENE/UNIJUÍ, grande concentração. Nela comparecem cerca de sete mil produtores, em sua maioria, pequenos proprietários e alguns deputados federais e estaduais.

O presidente do Sindicato de Ijuí, coordenador do evento, faz a abertura com estas palavras:

"estamos aqui com o seguinte objetivo: reunir forças para derrubar a taxa do confisco."

A seguir deixa a palavra à disposição dos dirigentes sindicais para apresentar as propostas das respectivas bases. O núcleo central das mesmas resume-se assim:

- "- colher a soja, mas não comercializá-la enquanto durar o confisco, dando prazo até 30/03/80 para a retirada do confisco;
- estabelecer o dia 31/03/80 como dia do protesto, caso o confisco não seja suspenso; concentrando as máquinas nas ruas, organizando, em cada município, manifestações em praça pública;
- bloquear, após a colheita da soja, as principais vias de acesso às cidades, caso não venha nenhuma solução para o problema."

Além disso, para a continuidade e organização da luta propõem:

- 1) "criar uma Comissão de Trabalhadores para coordenar a luta em âmbito regional, articulando-se com a Comissão permanente de Passo Fundo, conforme manifesto de 20/03/80; com a Comissão do Alto Jacuí e outras que viessem a se organizar no curso da mobilização;
- 2) manter, como posição fundamental, que todas

as decisões a serem tomadas partam das bases e não apenas dos dirigentes sindicais."

Os dirigentes encarecem a necessidade da continuidade da luta. Por isso, a longo prazo, propõem:

- "- lutar para mudar a política agrícola, mas com a efetiva participação dos trabalhadores;
- apresentar, como formas de pressão, não seguir plantando trigo; não adquirir insumos; não tomar financiamentos, buscando plantar com recursos próprios" (S.T.R.I.; 1980:04).

Nessa concentração, elegem uma comissão de trabalhadores para negociar a suspensão da taxa imposta com as autoridades em Brasília. O Ministro Delfin Neto resiste, menosprezando a mobilização dos trabalhadores. Em consequência, na madrugada de 31 de março, as principais ruas da cidade de Ijuí ficam tomadas pelas máquinas e cerca de três mil trabalhadores se concentram nos arredores da praça central.

Numerosas faixas e cartazes fixados às máquinas apresentam dizeres como estes: "As três pragas da soja: FEDE-FEDE, LAGARTA e DELFIM NETO." "PLANTE, COLHA e COMA, ANTES QUE DELFIM TE TOMA. DELFIM CONFISCO NETO. AUTOMOTRIZ COLHE, DELFIM RECOLHE. SE O CONFISCO NÃO DER FIM, O QUE FAZER COM O DELFIM?" (S.T.R.I., 1980:05).

Às 14 horas do mesmo dia, realiza-se grande assembleia em praça pública da cidade. A tônica das manifestações dos trabalhadores refere-se ao baixo preço da soja; a expropriação do governo mediante taxa imposta com vistas ao pagamento da dívida externa, favorecendo, assim, ao capital estrangeiro e às multinacionais. Tacham, outrossim, a política

agrícola como desumana, cruel e injusta. (AS/S.T.R.I., arq. nº 3).

A amplitude do protesto atinge diversos estados produtores de soja. Decorridos alguns dias, a medida governamental confiscadora é suspensa.

Além desse resultado, os trabalhadores rurais de Ijuí, na revisão feita junto às bases, assinalam:

- a) "que o confisco da soja é um problema que afeta a todos os trabalhadores rurais;
- b) que os pequenos produtores são os mais prejudicados pelo confisco;
- c) que os grandes produtores, com a suspensão do confisco, têm vantagens econômicas;
- d) que a manifestação contrária de prefeitos e políticos em diferentes regiões do estado influencia inúmeros pequenos produtores a não se integrar na luta;
- e) que em seu oportunismo, alguns políticos inicialmente se manifestam contrários à mobilização, porém, na medida em que o movimento avança, o apoiam;
- f) que quem mais resiste é o Delfim Neto, porque, como governo, defende os interesses do capital e dos grandes."

Porém acrescentam: "Nós estávamos atentos a isso. No dia da concentração, não os deixamos falar." (S.T.R.I., 1980:03-04)

O protesto reivindicatório pela derrubada do confisco se constitui numa luta ampla e solidária.

A nível da regional sindical de Ijuí, composta de 10 sindicatos, é determinante a decisão tomada pelos dirigentes sindi-

cais, articulados, no decorrer da luta, e outras regionais.* Ela decide, coordena a estratégia da organização do protesto na região. A FETAG não coordena o movimento no Estado. A coordenação é feita pelas diferentes comissões regionais entre si articuladas. A FETAG simplesmente apóia e se integra ao protesto. Concorre, também, outro determinante significativo: a mobilização das bases dos singulares sindicatos.

O ponto de partida do movimento do protesto é o confisco da soja, percebido pelos trabalhadores como mecanismo expropriador do governo que defende os interesses do capital. É resultante do modelo econômico em curso que expropria os trabalhadores para obter caixa e saldar compromissos da dívida externa. É a alusão feita pelos trabalhadores de Ijuí em sua manifestação em praça pública.

O protesto reivindicatório pela derrubada do confisco, enquanto prática educativa intencionada, produz seus efeitos também a nível da consciência dos trabalhadores. Consciência da resistência do governo que defende interesses capitalistas; consciência de que os grandes usufruem maiores vantagens e os pequenos são mais prejudicados; e consciência do oportunismo dos políticos, de suas manifestações contrárias que excluem inúmeros trabalhadores da luta.

Além disso, em seus depoimentos se reportam à necessidade dos dirigentes sindicais "esclarecer os problemas le-

*

Os sindicatos que compõem a Regional Sindical de Ijuí, são: Catuípe, Augusto Pestana, Panambi, Santo Augusto, Jóia, Pejucara e Ajuricaba.

vantados pelos companheiros porque os trabalhadores se mobilizam por motivos fortes; ao fato de o sindicato "não fazer política partidária, mas defender os interesses da classe"; à percepção "dos limites da ação sindical porque os resultados são poucos, mas é o jeito que agora temos." Entretanto salientam: "lutando a gente aprende a fazer lutas mais fortes."

Sintetizando, uma vez mais, a prática sindical se faz mediadora do processo do pensar e agir prático dos trabalhadores, engendradora da participação, do diálogo, da comunicação e da intervenção solidária, coletiva e ampla dos trabalhadores, tendo por base o problema concreto do confisco da soja. É o saber prático que brota do imediato; que percebe problemas comuns, suas conseqüências e causas imediatas. Saber que se faz não-aceitação da expropriação. Saber denúncia, reivindicação e protesto. Saber que, apenas indiretamente, fere a dinâmica da acumulação capitalista. Não é uma reprodução mecânica, uma vez que os trabalhadores reagem protestando e reivindicando.

2 - BOICOTE DO LEITE E DOS DEMAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS

A política econômico-financeira e a política agrícola priorizam o crédito de custeio e investimento de produtos exportáveis. Conseqüentemente, relegam a segundo plano produtos básicos e indispensáveis à alimentação das camadas populares. Incentivam a produção de álcool e bioenergia. Diminuem a importação de petróleo. Dão sustentação à indústria multinacional de automóveis, implementos e insumos agrícolas. Man-

têm os privilégios dos grandes proprietários, criando infraestrutura onde predomina o latifúndio, garantindo mão-de-obra barata. Contribuem, assim, no aviltamento crescente dos salários dos trabalhadores urbanos. Solidifica-se, amplia-se a acumulação capitalista. Em contrapartida, a inflação, o arrocho salarial, o preço dos insumos elevam-se consideravelmente. Tudo isso agrava, ainda mais, a situação dos pequenos produtores da região de Ijuí e do estado.

Nesse contexto, a COTRIJUÍ, desde 1976, vem incentivando a produção de leite como uma alternativa a mais para os pequenos produtores. Discute, com os trabalhadores, a viabilidade econômica da mesma, assegurando transporte e comercialização.

As cooperativas de várias regiões do estado articulam-se, criando a Cooperativa Central Gaúcha de Laticínios (CCGL), afim de produzir e comercializar outros produtos derivados do leite. Surgem, assim, novas perspectivas para os trabalhadores que passam a realizar investimentos para a produção de leite.

Entretanto, na medida em que os pequenos produtores investem e avançam na produção de leite percebem a defasagem existente entre o preço dos insumos necessários e o preço pago pelo produto. Este não cobre os custos reais da produção. Conseqüentemente, os trabalhadores sentem a necessidade imediata de buscar melhores preços.

Segundo a FETAG, a subsistência de 80 mil famílias de pequenos produtores depende, principalmente, da produção de leite (FETAG, 1983:10)

Os trabalhadores de Ijuí, há mais tempo, em suas reuniões de núcleo, reportam-se ao baixo preço do leite (S.T.R.I., 1980/81/82). Para avançar na discussão do problema, a Direção do Sindicato elabora o folheto, **Produtor de Leite**, onde se lê: "Depois das lutas da Previdência e Assistência e do Confisco temos outra batalha pela frente: o problema do leite" (S.T.R.I., 1981).

O folheto, no intuito de provocar o debate e a reflexão, segue estes procedimentos didático-pedagógicos: - fornece subsídios para análise e reflexão perguntando: por que o problema do leite? Por que existem preços diferenciados para o mesmo produto? Quem se beneficia com isso? O que queremos como produtores de leite? - Recorre à memória coletiva de lutas recentes e pergunta: como se conseguiram alguns resultados em nossas lutas de Previdência? E conclui dizendo: "A luta do leite é mais um passo para a nossa organização. Interessamos garantir condições para continuar produzindo" (S.T.R.I., 1981:02).

A partir desse instrumento pedagógico, durante o ano de 1981, além do problema de Assistência e Previdência, os trabalhadores rurais de Ijuí debatem o problema do preço do leite.

A Direção do Sindicato convoca assembléia geral dos trabalhadores para 12/01/82. Nela tomam posição, formulando suas reivindicações:

- 1) "eliminação do leite-indústria e do leite cota; do leite excesso e do segundo frete, bem como do preço diferenciado;

- 2) propõem a compra de leite-excesso pelo governo e sua revenda a preços acessíveis às camadas populares de baixa renda;
- 3) definem, como forma de pressão, ampla mobilização a nível estadual, boicotando a entrega do leite por um dia e a realização de uma grande concentração de trabalhadores rurais em Porto Alegre (S.T.R.I., 1982:07)

Pelo debate ocorrido nessa assembléia, retomam alguns aspectos do folheto, onde expressam seu pensamento acerca do problema:

"Primeiro veio o incentivo para produzir: Investimos, comprando vacas caras e pagando altos juros. Ficamos com dívidas. Quando se pensava que o leite podia ser uma saída para nós, pequenos produtores, vêm essas pauladas: as portarias relativas a preços vêm de cima para baixo, impondo frete-dois, leite-cota e preços diferenciados."

No entender dos trabalhadores rurais, os problemas

"têm a ver com o modelo econômico que está ligado à indústria de laticínios; à indústria de insumos e implementos necessários à produção de leite; e aos bancos financiadores. Portanto, essa política favorece aos diferentes grupos econômicos e não a nós pequenos produtores" (S.T.R.I, 1982:08).

Entretanto, o problema do leite não se restringe unicamente aos trabalhadores rurais de Ijuí, mas afeta a todos os produtores nas diversas regiões do estado. A FETAG, pressionada pelos sindicatos, convoca um encontro de dirigentes sindicais para 14/01/82, onde decidem debater, mais amplamente, o problema com os trabalhadores, colhendo as propostas para o enfrentamento do mesmo. (FETAG, 1982:08).

Em 23/02/82, acontece, na FETAG, um novo encontro de dirigentes sindicais de todo o estado. Nele são analisadas as reivindicações, sugestões e as propostas de pressão das bases. A partir delas, define-se a estratégia de ação a ser desenvolvida a nível de estado, cuja síntese é esta:

- 1) "exigir das autoridades competentes uma portaria que venha a contemplar estas reivindicações dos trabalhadores: eliminação dos diversos preços existentes do leite e a definição de um preço único para o mesmo; o preço mínimo de Cr\$ 40,00 por litro de leite comercializado pelo produtor, com base nos custos da produção levantados pela CCGL e CORLAC; aumento trimestral do leite, tendo, como critérios definidores, os custos reais da produção; o pagamento do leite até 15 dias após a entrega do mesmo; a extinção do frete-dois e do leite-cota;
- 2) sugerir às autoridades a compra subsidiada dos excedentes de leite das indústrias, fornecendo-o, a preços acessíveis, aos operários, funcionários, às camadas populares de baixa renda, às escolas e gestantes; a formação do estoque regulador; a realização de ampla campanha para o consumo de leite, proibindo, inclusive, a importação de leite em pó e derivados;
- 3) realizar, em 23/03/82, no auditório Araújo Viana, em Porto Alegre, grande concentração dos trabalhadores, boicotando, no dia, a entrega do leite, caso a situação não se altere;
- 4) criar uma comissão para negociar, com as autoridades competentes, melhores preços para o leite, levando em conta as reivindicações e propostas acima referidas" (FETAG, 1982:15).

Com base nas reivindicações, propostas e sugestões desse encontro da FETAG, a Direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, elabora o boletim : **Nossa Luta do Leite**. Neste boletim, além da síntese do encontro dos dirigentes sindicais realizado pela FETAG, encontram-se perguntas que encaminham a reflexão e organização do boicote. Entre elas: "Se nossas reivindicações não forem atendidas, como vamos participar da concentração em Porto Alegre? É possível parar de entregar o leite por um ou mais dias? E o que mais pode ser feito? E por que participar do boicote? (S.T.R.I., 1982:04).

As reuniões sucedem-se nos diferentes núcleos, coordenadas ora pela direção do sindicato, ora pelos representantes de cada núcleo. São dois os aspectos que merecem destaque. No primeiro acentua-se. "... a necessidade de parar de entregar o leite porque viria mostrar a força da pressão e a solidariedade aos demais trabalhadores do estado que vivem os mesmos problemas (S.T.R.I., 1982:06).

No segundo trata-se da "forma concreta de envolver os caminhoneiros que coletam o leite; da formação de piquetes para impedir a entrega; e da escolha de representantes de núcleos para tomar parte na concentração em Porto Alegre, caso venha a se realizar" (S.T.R.I., 1982:04-5).

A concentração, anteriormente prevista para Porto Alegre, realmente acontece, uma vez que a comissão de negociação não consegue melhorias de preço do leite junto às autoridades competentes. Assim, no dia 23/03/82, mais de cinco mil trabalhadores, oriundos de cem municípios do estado, participam da concentração e nos diferentes atos públicos ocor-

ridos na capital do estado. Durante o tempo destinado à tribuna livre, críticas contundentes à política do governo acontecem e, simultaneamente, reafirmam, vigorosamente, suas reivindicações.

Realizam passeatas pelas ruas centrais da cidade, portando faixas com dizeres similares a estes: "Queremos ser consultados quanto à política agrícola." "O colono produz o leite, outros enriquecem com ele." "Produtor injustiçado, consumidor explorado", "Chega de promessa e falação, queremos solução" (ZERO HORA, 1982). A intransigência das autoridades leva os trabalhadores a manter suspensão da entrega do leite por tempo indeterminado, provocando, assim, uma melhora no preço do leite ao produtor, passando de vinte para quarenta cruzeiros ao litro.

As demais reivindicações não foram atendidas apesar do boicote da entrega do leite ter atingido todas as regiões do Estado. Segundo a FETAG, 90% dos produtores aderem ao boicote. (FETAG, 1982:08).

Mais de 30 trabalhadores de Ijuí - juntamente com a direção do sindicato, participam da concentração e atos públicos em Porto Alegre, enquanto os demais assumem o boicote, isto é, não comercializam o produto e organizam piquetes, impedindo a entrega do leite, principalmente à CCGL que se localiza próxima à cidade de Ijuí (S.T.R.I., 1982:03).

Nesse processo de organização do boicote de leite, em termos analíticos depara-se com as mesmas constantes dos diferentes momentos das lutas anteriores. Sob a coordenação da Direção do Sindicato, representantes de núcleos e FETAG têm, como ponto de partida da atividade mobilizadora, um pro-

blema concreto, imediato como tal percebido pelos trabalhadores. Neste caso, o preço do leite e as condições materiais de sua produção.

Assim fundados, buscam circunstâncias educativas, reprodutoras (produtos) de sua existência, embora sujeitos à dinâmica capitalista da produção-reprodução da vida. Na representação que fazem a si mesmos do problema, das necessidades e desejos, estabelecem atividades conscientes, definindo os objetivos a serem perseguidos: melhorar os preços e as condições de produção do leite.

Ao tomar consciência do problema concreto, percebem as determinantes mais imediatas da defazagem de preço na sua relação custo x preço. Daí porque reivindicam a supressão dos mecanismos estabelecidos pela política governamental definidores de diversos tipos de leite com preços diferenciados. Exigem, pois, a supressão da tipificação do leite em leite-indústria, leite-cota, leite excesso, segundo frete com seus preços diferenciados, propondo preço único para todo tipo de leite. Sugerem, para tanto, como forma organizada de pressão, ampla mobilização a nível estadual.

E porque o problema do leite atinge mais de 80 mil famílias, cuja sobrevivência depende do leite, a FETAG, pressionada pelos sindicatos, em reunião de dirigentes, estabelece a estratégia de mobilização estadual.

As propostas emanadas das diferentes bases sindicais são coincidentes com aquelas apresentadas pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Ijuí. Somente acresce a exigência de portaria governamental que elimine os diferentes tipos de lei-

te; se estabeleça o preço de Cr\$ 40,00 por litro a ser pago quinze dias após a entrega. O boicote acontece, mas seus resultados econômicos ficam restritos a majoração do preço. As demais reivindicações não são atendidas.

Entretanto, no que se refere aos trabalhadores de Ijuí, em seus depoimentos, colhidos nas entrevistas, revelam a consciência da relação existente entre preço do produto e custos reais, consciência de que a política governamental favorece a indústria de laticínios e a de insumos e implementos necessários à produção de leite; consciência da conexão existente entre baixo preço do leite e baixos salários dos trabalhadores urbanos.

Salientam, ainda, em seus depoimentos, que sua luta de resistência tem razão de ser: "garantir a produção/reprodução da vida e o futuro da família. Por isso frizam:

"É luta da Previdência, é luta do confisco, é luta do leite apenas para se poder viver e garantir a vida... o futuro da família."

Ademais, acentuam que é necessário buscar outras alternativas de ação porque "essas lutas que a gente faz, conseguem algumas melhoras para continuar vivo." Daí porque há trabalhadores que pensam ser necessária "briga muito grande para mudar esse jeito de governar... É preciso virar tudo, seja de que jeito for." É a consciência dos limites da prática sindical implicada com a profunda sensibilidade pela vida e com a exploração e dominação sofridas.

Em síntese, novamente, a prática sindical, como prática educativa, se repete em seus determinantes imediatos da ação frente a problemas concretos, produzindo relações, peda-

gógicas em diferentes níveis, onde flue o diálogo, a comunicação, a participação, as propostas reivindicatórias coletivas e solidárias, produto e produtores de saber popular comum. Por último, há que se perguntar: qual a contribuição da assessoria, neste momento, realizada por um professor estadual "ad hoc" contratado? Por que, tendo como ponto de partida a prática sindical, não se instrumentaliza os trabalhadores para sistematização e apropriação do conhecimento científico da realidade que possibilita aos mesmos romper com os estreitos limites desse saber engendrado pela prática sindical?

3 - A SUSPENSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA PEQUENA PROPRIEDADE

A partir de 1981, a inflação e o arrocho salarial elevam-se sobremaneira, a cada dia que passa. O preço dos insumos e implementos agrícolas disparam. Os juros do financiamento à produção agrícola atingem níveis quase impraticáveis aos pequenos produtores. A defasagem entre os custos da produção e os preços recebidos acentuam-se sempre mais. Dessa forma, a situação dos pequenos produtores torna-se extremamente pesada e onerosa. Por essa razão, em 09/08/84, reúnem-se em Porto Alegre, na Assembléia Legislativa, cerca de mil trabalhadores rurais, dirigentes e líderes sindicais, sob a coordenação da FETAG.

Frente à difícil situação dos trabalhadores e considerando as sugestões emanadas das discussões realizadas nas bases, decidem "boicotar" a comercialização de todos os pro-

dutos da pequena propriedade, bem como, a compra de produtos. E o fazem durante a semana da pátria, pelo espaço de quatro dias, isto é, de três a sete de setembro. E declaram:

"Vamos boicotar a venda e compra de produtos... Queremos ser reconhecidos (...) queremos nossos direitos de trabalhadores. Precisamos proclamar que somos gente que merece respeito" (FETAG, 1984:02).

Os trabalhadores não só protestam contra a política econômica do governo Figueiredo mas reivindicam: 1) uma política agrícola que atenda aos interesses dos trabalhadores rurais; 2) créditos subsidiados aos produtores de até 50 hectares, com taxa de juros fixa não superior a 6%; 3) moratória aos pequenos produtores que não conseguem saldar suas dívidas por exclusiva falta de recursos; 4) cumprimento do Estatuto da Terra que garante ao produtor lucratividade mínima de 30% sobre os custos totais da produção; 5) mudanças no modelo econômico, político-social afim de criar condições de produzir, prioritariamente, para o mercado interno. Em vista disso, assim se expressam:

"Queremos ter condições para produzir alimentos para o povo de nossa terra. Chega de alimentar vacas e porcos de países ricos. Vamos alimentar, em primeiro lugar, o povo brasileiro" (FETAG, 1984:02).

Em seu protesto, investem contra o alto preço dos insumos: sementes, adubos, fertilizantes, corretivos, vacinas e implementos. Cobram do governo controle e fiscalização rigorosa. (FETAG, 1984:03).

Nas regiões de Ijuí, Santo Angelo, Santa Rosa, Caxias, vale do Alto Uruguai, as adesões atingem 98%. É o que registra a imprensa da capital que dá ampla cobertura ao acontecimento (FETAG, 1984:05).

Dados fornecidos pela FETAG comprovam o êxito do boicote, uma vez que os trabalhadores rurais deixam de comercializar:

- leite	84%	- suínos	87%
- milho	86%	- soja	82%
- aves	83%	- feijão	85%
- hortigranjeiros	40%	- batata inglesa	94%
- bananas	40%		

Média geral no Estado, 80% (FETAG, 1984:02-04)

O boicote não se limita à não-comercialização e compra de produtos. Traduz-se em outros atos públicos levados a efeito em diferentes municípios. E são passeatas, concentrações públicas com tribuna livre e a formação de piquetes, impedindo, assim, a entrega de produtos, principalmente do leite, às indústrias de laticínios (FETAG, 1984:04).*

Na avaliação realizada na FETAG, os dirigentes sindicais assinalam os aspectos mais significativos dessa mobilização, destacando:

- a) "O êxito do boicote devido à discussão realizada com os trabalhadores nos diferentes sindicatos;

*

Ver em Zero Hora a cobertura dada ao evento no espaço de tempo em que ocorre.

- b) a retirada do dinheiro e o fechamento de contas bancárias efetivadas pelos trabalhadores;
- c) a realização de concentrações na maioria das regiões com tribuna livre e a colocação das máquinas nas ruas;
- d) a elevação do nível de consciência dos trabalhadores, percebendo, mais claramente, a raiz dos problemas;
- e) a subida do preço de alguns produtos agrícolas tais como: leite, milho, frango e suíno;
- f) as manifestações favoráveis ao boicote de alguns núcleos de professores e sindicatos urbanos;
- g) os que se opuserem ao boicote, citando estabelecimentos comerciais, bancários, a maioria dos órgãos oficiais, políticos em distintas regiões e os produtores que não aderiram ao "boicote" (FETAG, 1984:04).

Os trabalhadores rurais de Ijuí participam desse processo amplo. Além de boicotar a entrega e compra de produtos, criam piquetes para impedir a entrega do leite à CCGL. Realizam concentração em praça pública, cujas manifestações se limitam à contestação da política econômica e da política de preços mínimos (Correio Serrano, 1984:11).

Nos depoimentos extraídos das entrevistas realizadas, expressam:

- 1) a preocupação, a insegurança, o medo sobre o que plantar e a conseqüente necessidade da luta para evitar o pior, tudo engendrado pela política agrícola.

"O jeito do governo fazer política agrícola deixava todo mundo preocupado... com medo de não colher para pagar a conta... sem certeza e segurança se valia a pena a pessoa plantar este ou

aquele produto... e se não lutasse, tudo piorava."

- 2) Detectam que os grupos econômicos, aliados ao governo, são fortes e organizados. Por isso, não se assustam com passeatas e protestos, tendo sempre vantagens econômicas.

"Os grupos econômicos, os capitalistas são fortes e organizados. De tudo o que é feito procuram tirar vantagens do trabalho da gente. Por isso não se assustam com passeatas, protestos, concentrações e boicotes. Eles dão uma melhoria para nosso lado, mas logo ali aprontam outra."

- 3) Encarecem, uma vez mais, a falta de instrução e formação para entender o modelo econômico, o tal capitalismo, percebendo, outrossim, a dificuldade de construir a união para mudar esse jeito de fazer política agrícola.

"O problema é compreender o modelo econômico, o tal capitalismo que está aí. Falta instrução e formação para isso... É fácil dizer: trabalhador unido, jamais será vencido. O problema é construir a união. Como ajudar aos companheiros a entender isso? Como mudar esse jeito de fazer política agrícola e esse modo de viver?"

- 4) Reportam-se, também, à importância, à validade da luta sindical, destacando, como lutas importantes: a luta da Previdência e Assistência, do confisco e dos boicotes." Valem a pena porque se aprendeu a lutar, a não ficar quieto, a não baixar a cabeça facilmente."

Sintetizando, a prática sindical, como mediação da educação e saber, revela-se reiterativa, repetitiva, articulando os trabalhadores em atividades intencionadas, expressões do

saber prático dos mesmos. Este emerge das necessidades históricas implicadas com a consciência que delas têm os trabalhadores, produzidas, no entanto no processo histórico, sob o domínio do capital. As atividades intencionadas e organizadas dos trabalhadores, mediadoras do saber, predominantemente reproduzem o capital, mas, ao mesmo tempo, embora sujeitos, expressam sua não-aceitação da dominação, da expropriação, através de seus protestos e lutas reivindicatórias. Apenas indiretamente atingem a lógica da acumulação e reprodução capitalistas. A constância do saber produzido não ultrapassa os limites do saber popular comum, ainda que se faça coletivo e solidário através das lutas organizadas. Democratizam, pois, o saber comum.

4 - OS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ E O PROJETO DE POLÍTICA AGRÍCOLA

As lutas relativas à política agrícola, até aqui desenvolvidas via sindicato, não trazem aos trabalhadores resultados econômicos significativos. A dureza apenas permite-lhes reproduzir sua existência, deixando-os inseguros quanto ao futuro da família.

A melhoria insignificante dos preços dos produtos logo desaparece ante o crescimento da inflação, o elevado preço de insumos e, conseqüentemente, o alto custo da produção agrícola. E todos sabem que a renda agrícola resulta de elevada produtividade, diminuindo custo e buscando, a nível de mercado, preços compensadores... Mas, como podem trabalhadores descapitalizados e empobrecidos garantir tudo isso? Entende-se,

dessa maneira, o porquê da resistência dos trabalhadores expressa nas diferentes formas de lutas por eles organizadas.

Os trabalhadores, não só de Ijuí mas de todo estado, cansados de exigir mudanças na política agrícola, sob a coordenação da FETAG e de cada sindicato, decidem elaborar seu projeto de política agrícola de "Viabilização Social e Econômica da Pequena Propriedade Familiar."

Ao reportarem-se à pequena propriedade familiar, citam o Estatuto da Terra onde se lê: "É o imóvel rural que direta e pessoalmente é explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorve toda força de trabalho, grantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico" (Regional Sindical de Ijuí, sd:05).

Existem, no RS, 543.339 pequenas propriedades. Destas, 84% com área menor de 10,6 hectares, representando 16% da área agriculturável do Estado. Vivendo, em média, cinco pessoas em cada propriedade, representam quase dois milhões de trabalhadores rurais. Não se incluem aquelas propriedades com mais de 15 hectares de terra (Regional Sindical de Ijuí, sd:07).

Em 1984, a agropecuária colonial responde por 60% da produção primária e a lavoura empresarial, por 27%. Em 1980, o quadro se inverte. A lavoura empresarial responde por 57% e a agropecuária colonial, por 37%. Hoje, a lavoura empresarial da soja ocupa mais 4.109.000 hectares. Tudo isso vem em detrimento à produção de alimentos básicos necessários à alimentação do povo (Regional Sindical de Ijuí, sd:05).

O movimento sindical dos trabalhadores rurais apresenta as razões que os levam a elaborar o projeto. Este se deve ao fato de que os "pleitos documentais, negociações, medidas fortes, concentrações e boicotes", na maioria das vezes, receberam, da área governamental, soluções paliativas que não atendem aos interesses dos trabalhadores rurais. Deve-se, também, à imposição de preços mínimos manipulados; ao desconhecimento das carências de armazenagem e escoamento da produção; às mudanças das taxas de juros e à correção monetária do crédito rural; à geração de tecnologia impraticável na pequena propriedade familiar; enfim, às mudanças contínuas e arbitrárias nas diretrizes da política agrícola. E acrescem: "Tudo isso provoca a descapitalização, o endividamento do pequeno produtor, levando ao êxodo rural degradante" (FETAG, 1987:06-15).

A elaboração do projeto é mais uma ação intencionada do movimento sindical dos trabalhadores rurais do estado para fazer frente aos problemas relativos à política agrícola. Os trabalhadores de Ijuí, articulados à FETAG e coordenados pela direção do sindicato, participam em mais esta ação de nível estadual. A sua contribuição se restringe aos seguintes pontos: 1) crédito subsidiado; 2) política de preços mínimos; 3) e PROAGRO.

O estudo que vem a seguir tem presente estas questões: o que fazem os trabalhadores rurais de Ijuí? Com que, para que, e como fazem?

4.1 - Crédito Subsidiado

Até a safra de 82/83, o crédito rural de custeio e financiamento tem uma taxa de juros anuais que não ultrapassa a 60%.

Na safra de 83/84, a inflação sobe consideravelmente. O governo muda as regras do jogo, baixando o juro para 3%, mas estabelecendo uma taxa de correção monetária de 85%, tendo como base, a variação mensal da ORTN. Os restantes 15%, o governo paga os tomadores de financiamentos agrícolas. Assim, a correção monetária passa a se constituir em mais um instrumento da política financeira do governo a interferir nos custos da produção agrícola. A ORTN, com reajuste mensal, serve para medir a desvalorização da moeda nacional.

A liberação do crédito de custeio é feita em três momentos: no primeiro, cobre gastos com preparo do solo, insumos e sementes; no segundo, abrange gastos com tratamentos culturais, tais como, aplicação de pesticidas, capinas e outros; no terceiro, compreende gastos relativos à colheita. É esta a mecânica de liberação parcelada do financiamento à produção agrícola, incidindo sobre cada uma das três parcelas, a partir do momento de sua retirada, juros e correção monetária.

Em 1984 termina o crédito subsidiado, passando a vigorar, além do juro de 3%, a correção plena, isto é, de cem por cento. Isso vem agravar sobremaneira a já difícil situação dos pequenos trabalhadores rurais. Por isso, o debate sobre o crédito de custeio e financiamento agrícola torna-se fundamental aos trabalhadores rurais.

A direção, assessorada por técnicos em contabilidade que trabalham no sindicato, desencadeia nos núcleos a discussão sobre crédito com vistas a obter propostas ao Projeto de Política Agrícola, coordenado pela FETAG. (Regional Sindical de Ijuí, 1984:02)

A reflexão, desenvolvida nos núcleos, mostra aos trabalhadores a incidência dos juros e correção monetária nos custos da produção. O ponto de partida, para facilitar a compreensão, é um exemplo:

"Em outubro de 1983, um pequeno produtor toma um milhão de cruzeiros para fazer a lavoura de soja. Nesse mês, a ORTN é de 9,5%. O produtor, devido ao subsídio, paga 8,5% dessa taxa de 9,5%. Fazendo a conta dá:

$$\frac{9,5 \times 8,5\%}{100} = 8,07\% "$$

A taxa que o trabalhador deve pagar em outubro é de 8,075%. Daí, a conta fica assim:

$$8,075\% \times 1.000.000,00 = 80.750,00$$

O cálculo não termina aqui, Resta calcular os juros que, no primeiro mês de financiamento, são de 3%. Por isso, em outubro, a conta fica como segue:

$$1.000.000,00 \times 3\% = 30.000,00$$

Esses juros somados à correção monetária de Cr\$ 80.750,00 importam em Cr\$ 110.750,00. Essa é a despesa financeira. Convém salientar que, a partir do segundo mês de financiamento, a correção monetária incide, também, sobre os juros de 3%, crescendo, assim, os custos financeiros a tal ponto que, em seis meses, alcançam o montante de Cr\$ 779.140,00. É isto

que o pequeno produtor vai pagar de juros e correção monetária.

Nos anos subseqüentes cessa o subsídio, aumentando as despesas financeiras e tornando mais onerosas as condições de produção aos pequenos produtores (Regional Sindical de Ijuí, 1984: 05:10).

Continuando a reflexão, revelam como é feita, em termos de percentagens, a distribuição do crédito. Nos últimos anos, o crédito é assim distribuído:

Tipos de produtor	porcentagem de contratos	Porcentagem sobre o valor total dos empréstimos
Pequeno produtor Rural	81%	26,5%
Médio produtor	14%	27%
Grande produtor	4,5%	41%
Cooperativas	0,5%	5,5%

(Regional Sindical de Ijuí, 1984:05)

A partir desses dados, representados pela percentagem dos contratos, concluem que a distribuição do crédito é desigual, isto é, favorece aos médios e grandes produtores. É verdade que os grandes e médios produtores ficam com volume maior de crédito. Porém, não se dão conta que a área plantada por esses produtores também é maior. Quem produz mais? Os pequenos produtores que representam 81% dos contratos, plantando área menor de terra? Não estabelecem esse confronto, essa relação. Conseqüentemente, toda a reflexão se fundamenta nesse equívoco, nessa carência de dados reais, objetivos. Em 1979, a lavoura empresarial de trigo/soja, no RS, ocupa 4.109.000 hectares, enquanto a pequena propriedade até 15 hectares chega a

383.465 unidades produtivas. Mesmo que se junte a essas pequenas propriedades aquelas de 30 hectares, não alcançam a área cultivada pela lavoura empresarial (Regional Sindical de Ijuí: O Assunto é... sd).

Portanto, em consequência da falta de dados reais, a reflexão dos trabalhadores e suas deduções são irreais ao reivindicar "crédito subsidiado somente para o pequeno produtor rural e não para o grande." É voluntarismo e ingenuidade demasiada frente à lógica da dinâmica da produção e acumulação capitalista. O capital produz capital e financia, predominantemente, com maior volume monetário, a quem mais produz mercadorias. Portanto, a quem pode pagar, financeiramente, reproduzindo e repondo capital.

Assim, as propostas dos trabalhadores rurais de Ijuí estão viciadas desde seu ponto de partida. E são estas:

- 1) "crédito subsidiado unicamente aos pequenos produtores e para qualquer produto da pequena propriedade, com juros anuais de 3%, priorizando produtos básicos, tais como: leite, feijão, arroz, ovos, carnes, milho e hortaliças em geral;
- 2) o crédito de investimento subsidiado, proveniente dos bancos estatais, seja concedido somente aos pequenos produtores e nos moldes do crédito de custeio;
- 3) o financiamento destinado à irrigação seja canalizado somente à pequena propriedade, priorizando a região da seca;
- 4) na frustração da safra, penhem-se produtos e não outros bens da pequena propriedade;

- 5) a desvinculação do crédito da imposição de tecnologia, buscando outras alternativas tecnológicas, mas levando em conta a experiência dos trabalhadores e aproveitando todos os recursos naturais de cada propriedade;
- 6) a fiscalização do crédito de custeio e financiamento fica a cargo de Conselhos Municipais, cuja representação maior seja de trabalhadores rurais e não só de agentes bancários;
- 7) o pagamento do crédito de custeio e investimento mediante produto, com preço a ser estipulado com base no salário mínimo, no vencimento do contrato" (S.T.R.I., 1987:05-10).

As propostas dos trabalhadores rurais de Ijuí estão a exigir a análise, ainda que sucinta.

A reivindicação de que se priorize a produção de produtos indispensáveis à alimentação da maioria da população tem sua validade e consistência diante da falta dos mesmos. A produção abundante de tais produtos barateia os preços. Assim mesmo tem a ver com o poder de compra do povo em geral. Em conexão a isso, é pertinente lutar por juros mais baratos, diminuindo os custos da produção que se implicam com maiores ganhos para os produtores que, por sua vez, passam a consumir mais, repondo e reproduzindo capital.

Quanto ao crédito dos bancos estatais ser canalizado unicamente aos pequenos produtores, no presente momento, não passa de um pleito inútil. O Estado é mediador, predominantemente, dos interesses dos diferentes grupos capitalistas, investindo, prioritariamente, na reprodução do capital e naqueles setores econômicos que canalizam maiores tributos necessários à manutenção da máquina estatal e à prestação de ser-

viços, embora deficitários, ao povo em geral. É viável lutar para que o Estado repasse crédito suficiente e mais barato para a produção de alimentos. Pretender a exclusão dos demais é posição voluntarista.

Reivindicam a desvinculação da imposição de tecnologia para produzir. Não há aumento de produção sem o uso de tecnologia adequada. Se tecnologia implica em maiores custos, o aumento da produção e produtividade significa maiores ganhos. Quais são as tecnologias alternativas? Adubação orgânica, adubação verde? Acaso, a produção destas não implica em custos? Esta proposta também carece de maior análise.

Propõem, outrossim, a penhora de produtos ao invés de bens, como o pagamento do crédito subsidiado através de produtos e não em moeda. Entre a proposta e a sua realização vai grande distância. Com isso pretendem garantir, com o pouco que lhe sobra, a compra de outros produtos necessários à existência. Até hoje, nada disso vem ocorrendo; nem a fiscalização através de conselhos municipais compostos, em sua maioria, por produtores.

Depara-se, pois, com saber comum, em parte não fundado em dados reais. Disso decorre a inconsistência de suas propostas relativas ao crédito subsidiado.

Onde está neste caso, a contribuição da assessoria? Porque essa inconsistência das propostas?

4.2 - A Política de Preços Mínimos

Desde a criação dos sindicatos, a política de preços mínimos sempre está presente nas discussões dos trabalhadores.

A partir de 1981/82, inaugura-se uma nova prática educativa a nível de Regionais Sindicais e seus respectivos sindicatos: "a prática de calcular os custos da produção." Os trabalhadores, em pequenos grupos, não só aprendem a prever os custos das operações necessárias a cada safra agrícola mas também a planejar suas prioridades. A Federação, mediante convênio, sustenta e apóia essa prática.*

Assim sendo, os trabalhadores rurais passam a relacionar, com certo conhecimento de causa, os reais custos da produção com os preços mínimos reivindicados. (Regional Sindical de Ijuí, 1984:05-10)

A Direção do Sindicato de Ijuí, assessorada por técnicos em contabilidade e administração, para que os trabalha-

*

Em 1976, a FIDENE formaliza convênio com a COTRIJUÍ para realizar nos núcleos de trabalhadores, associados à COTRIJUÍ e sindicatos, cursos de Contabilidade Agrícola e Legislação Trabalhista. Através destes cursos, desenvolve toda uma tecnologia de capacitação onde os próprios trabalhadores rurais aprendem não só calcular os custos das safras agrícolas mas também planejar a propriedade.

Em 1982, a FIDENE realiza o mesmo convênio com a FETAG, passando a prestar-lhes assessoria, capacitando técnicos em Administração e Contabilidade Agrícola que assessoram regionais sindicais da FETAG. Assim surgem, em sindicatos, grupos de trabalhadores que se capacitam em projetar os custos das atividades. Cf. FIDENE/UNIJUÍ. Programa de ADMINISTRAÇÃO RURAL - Relatório Técnico, s.d.

dores formulem suas propostas relativas à política de preços mínimos, segue estes passos:

- 1) mostra aos trabalhadores que, para cada hectare cultivado, precisam vender maior volume de soja para cobrir os custos da produção:

ano	sacos de soja/hectare
1973	9,84
1975	19,49
1982	21,84
1986	27,22
1987	25,22

Adotam o mesmo procedimento para evidenciar o custo/hectare do plantio do trigo.

ano	trigo, sacos/hectare
1961	12,70
1967	13,40
1975	16,70
1980	19,50
1986	24,75
1987	23,82

FONTE: FECOTRIGO e COTRIJUÍ*

- 2) detectam a incidência dos juros do financiamento nos custos da produção. Ou seja, quantos sacos de trigo e soja são necessários, para cada hectare cultivado, afim de saldar os juros do dinheiro empregado. Esta a evolução dos custos dos juros:

*

Todos os dados relativos aos custos/hectare dos diferentes produtos aqui relacionados e mesmo a incidência dos juros nos custos da produção, com as respectivas fontes, encontram-se no **Boletim Juros Agrícolas: como fazer a conta** anteriormente citado. Os dados do Boletim são extraídos dos relatórios de custos da produção da FECOTRIGO e COTRIJUÍ.

ano	soja	trigo
1973	0,55	1,1
1980	1,19	1,92
1985	11,70	6,45
1987	11,19	7,75

FONTE: FECOTRIGO

3) calculam, ainda, quantos sacos de soja são necessários para comprar uma colheitadeira e trator médio. Aqui a evolução dos custos:

ano	colheitadeira/sacos	trator/sacos
1973	1.465	419
1975	3.045	897
1980	2.687	924
1985	4.603	1.017
1987	5.200	2.828

FONTE: FECOTRIGO

4) servem-se de outros dados e comparam quantos litros de leite, em anos diferentes, o salário mínimo pode comprar. Assim, em 1986, um trabalhador, com salário mínimo, pode comprar 311,66 litros de leite. Em dezembro de 1987, este mesmo trabalhador, com seu salário mínimo, só pode comprar 167,44 litros de leite.

O pequeno produtor, por sua vez, em julho de 1987, compra, com um litro de leite, 4,06 kg de farelo de trigo. Em dezembro do mesmo ano, com um litro de leite somente pode comprar 2,33 kg. de farelo de trigo. (Regional Sindical de Ijuí, 1984:03).

Portanto, os trabalhadores rurais de Ijuí, com base nesses dados reveladores da relação custo/preço por hectare, formalizam as propostas de política de preços mínimos a constarem no projeto coordenado pela FETAG. Sinteticamente se traduzem assim: as propostas dos trabalhadores referem-se, em pri-

meiro lugar, a preços mínimos, corrigidos mensalmente pelo índice de Preço ao Consumidor (IPC), que cubram os custos reais da produção-agropecuária. A determinante imediata do ganho dos trabalhadores é o custo real da produção.

Mas quais os elementos constitutivos dos custos reais da produção agropecuária? Os trabalhadores, ao produzir, materializam, em seus produtos, força de trabalho, atividade vital que eles vendem incorporada aos produtos mercadorias, cujo valor é tempo/trabalho nelas concretizado que oculta, na troca, a relação Capital/Trabalho. Além do trabalho, compreende todos os demais meios: ferramentas, sementes, adubos, inseticidas e recursos financeiros consumidos no processo de produção. Assim sendo, consomem, reproduzem capital, buscando ganhos compensadores e necessários à produção de sua existência no interior do processo de desenvolvimento e acumulação capitalista. Comprovam, relacionando dados empíricos, a defasagem existente entre custos reais e preços mínimos recebidos. E o fazem a partir da percepção superficial das causas e conseqüências imediatas de seus ganhos limitados. Não alcançam, através das aparências externas, os processos internos da relação capital/trabalho que, mediante os mecanismos do preço mínimo, os expropria dos frutos do trabalho. Detectam, outrossim, que seus ganhos têm a ver com os graus em que se encontra o valor de troca no movimento anárquico do mercado, onde interferem interesses capitalistas mais poderosos.

Reivindicam e propõem correção monetária e preços mínimos estabelecidos antes do plantio, corrigidos pelo índice de preços ao consumidor. Quem estabelece tais índices? Os órgãos oficiais do Estado, mediador dos interesses dos capita-

listas em geral? Diante disso, como garantir preços mínimos que cubram os reais custos da produção? E caso isso venha a ocorrer, a quem são repassados os custos? Aos consumidores em geral, portanto, aos próprios trabalhadores que necessitam recursos tanto para produzir como para a sua sobrevivência? Nada disso se explicita. Não é mais uma vez uma posição ingênua e voluntarista?

Postulam, também, a participação das entidades sindicais e cooperativas na definição dos custos da produção e preços mínimos. Mas qual é a força, o poder das entidades sindicais e cooperativas na correlação de forças que dominam o mercado?

Por último, defendem a proibição da importação de produtos possíveis de serem produzidos no País. Mas quem vai proibir? O governo cuja política está voltada à produção de produto exportáveis para garantir saldos à balança de pagamento e à compra de insumos, implementos, matérias-primas indispensáveis ao desenvolvimento econômico em curso?

Depara-se, assim, uma vez mais, com saber popular prático mediatizado pela prática sindical que, salvo melhor análise, os trabalhadores vêm confirmar ao justificar suas propostas. As justificativas resultam dos depoimentos nas entrevistas realizadas.

"O governo bota correção monetária mensal nos empréstimos que fazemos para plantar a roça. Tudo o que se compra sobe todos os meses: sementes, adubos, inseticidas... Por isso, achamos necessário e justo conseguir o preço dos nossos produtos. Assim, pode-se continuar vivo e produzir para viver."

Portanto, é com base no saber prático que apresentam suas propostas e reivindicam. Não ultrapassam as causas e conseqüências imediatas.

Esta, em síntese, a contribuição efetiva dos trabalhadores de Ijuí ao projeto de Política Agrícola da FETAG, no que tange à política de preços mínimos, expressão da vontade política dos mesmos.

4.3 - O PROAGRO

O terceiro ponto significativo das propostas dos trabalhadores de Ijuí, com vistas ao Projeto de Política Agrícola da FETAG, tem a ver com o PROAGRO.

O PROAGRO é um fundo compulsório constituído e sustentado pelos produtores. É um compromisso que os produtores assumem no ato da assinatura dos contratos de financiamento para produção agrícola. Logo, é dinheiro dos produtores, administrado pelo Banco Central. O PROAGRO é mais um mecanismo da política agrícola de custeio da lavoura.

São beneficiários do PROAGRO aqueles produtores que buscam financiamentos da produção agrícola diretamente no banco, bem como aqueles que os recebem através do repasse das cooperativas de produtores agrícolas.

O PROAGRO possibilita, aos produtores, assegurar no mínimo 80% do valor do custeio agrícola, ficando isso à livre escolha de cada produtor. Além disso, permite aos produtores assegurar dinheiro próprio a ser utilizado na produção, devendo constar no contrato feito com o banco. Note-se que, em caso

de frustração de safra, o PROAGRO indeniza unicamente os custos da produção. Portanto, não repõe o dinheiro que o produtor pode ganhar com a venda da produção. Aferese daí que não se trata, na verdade, de um seguro agrícola completo.

Para ter direito ao PROAGRO, os produtores necessitam cumprir algumas exigências: usar tecnologia capaz de garantir bons rendimentos; entregar ao banco ou cooperativa, em caso de repasse, mapa localizando a área plantada sempre que excede a área financiada; comunicar ao banco, caso não consiga plantar a área financiada, restituindo o dinheiro correspondente; suspender o trabalho quando as perdas ocorrem durante a colheita e ultrapassam a 30% da produção prevista, fazendo comunicação ao banco.

As perdas cobertas pelo PROAGRO levam em consideração os danos causados por chuvas e granizo; geada e seca; tromba d'água; vento frio ou forte; variação excessiva da temperatura; doença ou praga para as quais não exista forma de combate.

O PROAGRO não indeniza perdas por erosão, a não ser que se tenha adotado todas as práticas de correção do solo e que, mesmo assim, não tenham sido suficientes.

Se algum produtor retira o produto da propriedade antes da perícia do técnico, perde o direito à indenização através do PROAGRO.

Saliente-se que, no ato do contrato, o produtor declara quantos por cento quer financiar, inclusive se quer assegurar recursos próprios, podendo fazê-lo em percentagem iguais àquelas do financiamento solicitado (Banco Central, 1983: 120-125).

A tabela que segue indica os limites da cobertura do PROAGRO sobre o valor financiado.

Limites da cobertura sobre o valor financiado	Valor da taxa Número de indenizações		
	Nenhuma	2	3
até 80%	1%	2%	11%
até 90%	2%	3,5%	15%
até 100%	3%	5%	18,5%

FONTE: Manual de Crédito Rural, Banco Central*

Essas normas, exigências e condições para se usufruir do PROAGRO são amplamente discutidas, na base, com assessoria da direção e representantes de núcleos. É o que consta nos relatórios dos anos de 1984/85/86, bem como no boletim, Política Agrícola Contra o Pequeno Produtor, anteriormente citado.

Para facilitar o esclarecimento e o debate, utilizam-se diversos exemplos. Veja-se este: Antônio, pequeno produtor, financia um milhão de cruzeiros para o plantio do trigo. Paga uma taxa de 80% sobre o valor financiado. Isto em dois de maio de 1985. Com a enchente de São Miguel perde toda a lavoura de trigo. Comunica, de imediato, ocorrência ao banco. Neste caso, como a perda é total, o banco indeniza 80% do custeio, mas, no caso dos juros, só a partir do sinistro. As-

*

Para maiores informações, ver, junto ao B.B., o Manual do crédito onde constam as normas e os procedimentos a serem adotados. Os dados utilizados pelos trabalhadores são extraídos do manual citado.

sim, no caso do Antônio, o PROAGRO cobre apenas 80% do valor financiado. Sua situação fica assim.

Valor financiado	1.000.000,00	Cobertura do PROAGRO	Recursos não cobertos
		<u>800.000,00</u>	<u>200.000,00</u>
Correção Monetária	600.000,00	400.000,00	120.000,00
Juros	18.000,00	10.000,00	8.000,00
PROAGRO	12.000,00	4.000,00	8.000,00
<hr/> TOTAL	<hr/> 1.630.000,00	<hr/> 1.294.000,00	<hr/> 366.000,00

Neste caso, o PROAGRO paga Cr\$ 1.294.000,00. Enquanto isso, Antônio precisa tirar do próprio bolso a quantia de Cr\$ 366.000,00 para saldar suas dívidas com o banco. Ele teria indenização total se tivesse optado por uma taxa de 100% sobre o valor do financiamento. Sucedem-se outros exemplos, mostrando como fica a situação do produtor em casos de perdas parciais da produção (S.T.R.I., 1986:03).

Com base nos esclarecimentos e debates, aparecem, nos relatórios de reuniões, conclusões, como estas: "O tal PROAGRO é muito mais pro Banco do que pro agricultor. Assim fica difícil... É para desistir no meio do caminho" (S.T.R.I., 1986:05).

Aliás, as normas que regem o Programa são tantas e a burocracia é tal que não só trazem embaraços aos pequenos produtores mas também aos próprios funcionários do banco. É isso que os trabalhadores expressam em seus depoimentos.

"Nós discutimos muito o PROAGRO. Não é fácil entender todas as regras e é preciso saber fazer bem os cálculos e a gente tem pouco conhecimento e instrução... Até eles se atrapalham... Pra nós, o PROAGRO quase não rende e fica difícil de pagar."

Portanto, o esclarecimento, o debate acerca das normas, exigências, condições, custos e limites do PROAGRO permitem aos trabalhadores a compreensão mais completa de seus determinantes, bem como das conseqüências danosas resultantes do mesmo. A reflexão da prática da utilização do PROAGRO, o desvelamento das determinantes da política econômica-financeira nele embutidos conduzem, passo-a-passo, os trabalhadores à formulação de suas propostas, assim traduzidas:

- "que seja extinto o PROAGRO, criando-se, para todos os produtos, um seguro agrícola opcional, desvinculado do crédito rural, garantindo a produção toda, avaliada segundo a produtividade média regional;
- que o valor da indenização seja igual ao preço da comercialização, mas sempre atualizado e abarcando o total da produção média estimada;
- que, ao assegurar a lavoura, o produtor pague no máximo, 4% do valor estimado da produção, iniciando com percentual menor para os produtos de menos risco; e que a falta de recursos seja coberta pelo orçamento da União" (S.T.R.I, 1987:10-11).

Portanto, investem contra a política agrícola vigente que força o produtor a fazer o PROAGRO, cobrindo, pelo menos, 80% do valor financiado, corrigido mensalmente, pela variação mensal da ORTN. São essas as propostas dos trabalhadores rurais de Ijuí relativas ao PROAGRO.

Desta forma, a prática sindical, mediatizada pela intervenção da FETAG com sua estratégia articuladora e pela intervenção da direção do sindicato de Ijuí vinculada àquela, em reuniões de núcleos, leva os trabalhadores de Ijuí a formular

suas propostas relativas ao PROAGRO.

Em síntese, essas propostas compreendem: 1) a substituição do PROAGRO por um seguro agrícola a toda a produção agropecuária, desvinculado do crédito de custeio da lavoura; 2) o valor da indenização igual ao preço de comercialização atualizado; 3) o pagamento máximo de 4% sobre o valor estimado da produção; 4) cobertura pelo governo federal quando faltam recursos.

A posição e as propostas dos trabalhadores têm por base o fato de perceber que o PROAGRO é elemento constitutivo, determinante dos custos reais de produção em sua relação custos/preços recebidos pelos produtos comercializados. Portanto, o PROAGRO, enquanto componente dos custos reais de produção, é fator imediato das propostas. Evidentemente, tanto os custos reais da produção, em seus determinantes imediatos, quanto as necessidades, os interesses dos trabalhadores e a própria consciência, a própria representação que deles se fazem, são engendrados pela práxis econômica em que se encontram inseridos. Ela, a determinante fundamental produtora da existência dos trabalhadores e seu saber, mediado pela prática sindical.

Concluindo este ponto, saliente-se que a prática sindical enquanto conjunto de atividades entre si articuladas, socializa o saber num processo onde se estabelece o diálogo, o debate, a participação, a comunicação, produtos e produtores do saber que detecta problemas, define objetivos e meios adequados para consegui-los. Contudo, porque expropriados, não só de melhores condições de produção e existência mas do próprio conhecimento teórico-crítico da realidade, não logram uma prática política mais eficaz e transformadora da realidade, envol-

vente. Por isso, a prática sindical tem esta constante: articula os trabalhadores em ações coletivas, conscientemente organizadas, mas fundadas no saber popular comum.

5 - SÍNTESE DO PROCESSO DA LUTA SOBRE A POLÍTICA AGRÍCOLA

A práxis econômica, isto é, o trabalho se constitui em processo histórico determinante da produção/reprodução da existência dos homens. Nele e por ele, os trabalhadores se de-
frontam com a natureza e com seus pares, buscando os meios indispensáveis à existência. Nele e por ele estabelecem um conjunto de relações sociais. E no conjunto de práticas sociais participam, por sua vez, do processo histórico-social mais amplo e complexo, tornando-se mediatizadoras da Educação e do saber dos trabalhadores. Daí porque a prática sindical, uma entre outras práticas educativas, ainda que determinada pela práxis econômica, torna-se processo de reprodução/produção da existência dos trabalhadores.

Os problemas, as necessidades, a consciência, as representações que os trabalhadores fazem a si mesmos da realidade mais ampla, dos problemas imediatos que padecem, resultam do modo como vem sendo produzida sua existência. São os trabalhadores, enquanto sujeito histórico condicionado, que produzem suas representações, na relação que estabelecem com a natureza e seus pares.

O desenvolvimento das forças produtivas, do conhecimento científico-tecnológico cria novas necessidades históricas,

novos desafios a enfrentar que, por sua vez, exigem novos instrumentos, novas circunstâncias educativas para superá-los.

A prática sindical, enquanto luta por Política Agrícola, foi e é um conjunto de atividades, conscientemente organizadas, que teve, como ponto de partida, o problema imediato de preços mínimos em sua relação custos reais dos produtos agropecuários e os preços recebidos pelos mesmos. A relação percebida pelos trabalhadores entre os custos reais e a defasagem existente entre aquela e os preços recebidos se constituiu no móvel imediato determinante da derrubada do confisco; do boicote do leite; da suspensão da comercialização de todos os produtos da pequena propriedade; da contribuição ao projeto da FETAG relativa a crédito subsidiado; política de preços mínimos e PROAGRO.

Articulam-se, pois, os trabalhadores, mediatizados pela prática sindical. Detectam coletivamente seus problemas, definem objetivos, formulam propostas de atividades-meio com vistas aos objetivos conscientes a serem atingidos, embora, nem sempre os alcancem. São constantes nesse processo: o diálogo, a participação, a comunicação, mediações do consenso acerca do **que**, para **que**, **com quem**, **com que** e **como fazer** para lograr suas propostas de política agrícola. Ingendra-se, assim, um processo solidário de busca e ação coletiva conscientemente organizada. Esse, por sua vez, em seus diferentes momentos interdependentes, se constitui em novas circunstâncias educativas, articuladoras do saber coletivamente produzido, que possui sua validade prática, embora todos seus limites e ambigüidades.

Além da práxis econômica, como determinante básico e da prática sindical em sua relação com aquela, concorre a intervenção pedagógica da FETAG, estabelecida conjuntamente com os dirigentes sindicais, que define as atividades mobilizadoras das bases sindicais. Associada a esta, ressalte-se a intervenção, no caso de Ijuí, da Direção do Sindicato e dos representantes de núcleos que impulsiona o diálogo, o debate, a comunicação, a participação, mediadoras das propostas reivindicatórias dos trabalhadores de Ijuí, nas diferentes atividades de âmbito estadual de que participam.

Em síntese, da relação político-pedagógica, mediada pela intervenção da FETAG/Sindicato resulta o processo solidário, coletivo dos trabalhadores que, como sujeito histórico determinado, a partir de seus problemas imediatos aqui referidos, se reconhece portador de direitos pelos quais lutam de forma consciente e organizada.

Ademais, existe outro elemento interveniente no desenvolvimento do processo da luta por Política Agrícola. É a assessoria, agora prestada por um professor estadual, "ad hoc" contratado. Entretanto, pela análise da prática sindical, tudo está a indicar que sua contribuição, como educador-intelectual, se restringe unicamente ao encaminhamento estratégico-tático das lutas. Nunca se depara, explicitamente, com sua contribuição eficaz no sentido de criar condições pedagógicas para que os trabalhadores, no processo da luta, se apropriem, passo-a-passo, de conhecimentos teórico-científicos necessários à compreensão crítica de sua prática em sua relação dialética com os diferentes aspectos da realidade mais ampla. Daí porque da pobreza/riqueza da prática sindical que não ultrapassa os li-

mites do saber popular, ainda que coletivamente produzido. Uma reunião de dez ou cem mil possuidores de senso comum jamais constitui uma universidade.

Desta forma, o saber produzido, na ação-reflexão-ação sindical, tem o alcance e os limites do saber/resistência, do saber/denúncia, do saber/protesto, do saber/reivindicação radicado na percepção dos problemas imediatos, onde detectam suas causas e conseqüências imediatas, seu lugares comuns e suas conexões externas. Não alcançam o conhecimento abstrato que, pela análise, decompõe o todo estruturado, captando-o em seu processo de construção, um conjunto complexo de relações internas e dialéticas. Ficam, assim, relegados ao saber prático articulador de atividades coletivas a superar problemas imediatos por eles vividos.

Nas conclusões deste trabalho, oriundas da retrospectiva da prática sindical analisada, salientam-se os aspectos significativos da mesma, seus limites e as possíveis alternativas ao avanço da prática sindical.

CONCLUSÕES

No processo de trabalho, os trabalhadores rurais definem e produzem, embora sujeitados à dinâmica capitalista, as condições de existência. E, simultaneamente, se autoproduzem na produção/reprodução da realidade social. O processo do trabalho começa com o saber, com a representação que os trabalhadores fazem a si mesmos de suas necessidades, perspectivas e desejos que orientam sua intervenção e nas práticas que desenvolvem com vistas aos objetivos conscientemente propostos.

A prática sindical - como prática educativa - é intervenção consciente dos trabalhadores nos problemas imediatos que sofrem, buscando a satisfação de necessidades fundamentais à manutenção e produção da existência. Nessa prática, a construção do saber acontece, enquanto se dá a construção dos sujeitos e dos objetos de saber, uns aos outros referidos como alteridades distintas, mas indissociáveis no saber como processo vital e historicamente determinados. Não existe, pois, saber sem os sujeitos que se sabem referidos ao que sabem. (Marques, 89:17).

No processo histórico de produção/reprodução da existência, os trabalhadores, inseridos que estão na sociedade, fazem a representação e interpretação das condições históricas.

cas de seu existir. Ao mesmo tempo, as combinam com os meios necessários para atuar sobre elas, fazendo-as servir às suas necessidades. Na prática sindical, o fazem sempre a partir desta constante: os problemas imediatos de assistência e previdência e política agrícola. E, porque os percebem como problemas comuns, mediatizados pelo investigativo, o diálogo, a comunicação, a participação, definem, coletivamente, aquelas atividades que julgam viáveis à consecução de objetivos conscientemente propostos. Esta é outra constante significativa e de validade prática da ação-reflexão-ação sindical.

Importa, também, salientar a relação existente entre as formas de apropriação dos recursos disponíveis, quer materiais, quer sociais, e as capacidades intelectuais desenvolvidas na sociedade historicamente determinada em que vivem os trabalhadores rurais. É realidade incontestável que o avanço das forças produtivas, isto é, dos meios materiais de produção da existência implicam-se com novos conhecimentos científicos, ampliando as condições de vida exigidas pela divisão social do trabalho. Atribuem-se, assim, valores diferenciados às tarefas confiadas a categorias, grupos e classes sociais distintas.

Os trabalhadores rurais associados ao Sindicato, em sua totalidade, pequenos produtores, dispõem de poucos recursos materiais e meios indispensáveis à manutenção de sua existência. Utilizam, na produção, insumos e determinados implementos modernos. Entretanto, são fortemente expropriados pelo capital dos frutos de seu trabalho.

Na relação da prática sindical com o exposto acima, há que se inquirir que saber gestam os trabalhadores no processo da luta por Assistência e Previdência e Política Agrícola. Sinteticamente, apresentam-se as características do saber produzido nas lutas descritas e analisadas.

A ação-reflexão-ação, mediatizada pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Ijuí, tem, nos problemas imediatos vividos e percebidos pelos trabalhadores, seu ponto de partida. Articulam-se em atividades, conscientemente organizadas, ora pela intervenção pedagógica da direção do Sindicato e dos representantes de núcleos, ora pela intervenção da FETAG, vinculada àquela.

Os trabalhadores, reconhecendo-se com direitos assistenciais e previdenciários e com direitos à remuneração do seu trabalho que contemple os custos reais da produção, elaboram, de forma participativa e coletiva, suas propostas reivindicatórias e sua estratégia político-pedagógica de atividades conscientemente organizadas com vistas à consecução dos objetivos que se propõem.

O saber elaborado no processo da luta por Assistência/Previdência e Política Agrícola caracteriza-se por um saber resistência frente à dominação que padecem; um saber/negação da exploração e subordinação que sofrem; um saber/recusa do modelo de desenvolvimento em curso; saber/contestação e recusa da política que prioriza produtos exportáveis ao invés daqueles necessários à alimentação do povo; um saber/não-aceitação da defasagem existente entre os custos reais da produção agropecuária e o preço recebido pelos produtos comercializados; um saber que se traduz nas propostas feitas nos di-

ferentes momentos do processo; um saber que desemboca nos projetos de Assistência/Previdência e Política Agrícola.

Estes mesmos trabalhadores elaboram, nas lutas práticas, um saber que se traduz no levantamento, na busca participativa e coletiva dos problemas; "na arrumação" que fazem dos mesmos; "na devolução e planejamento das estratégias de atividades conscientemente organizadas;" e na avaliação" que fazem de suas lutas. Saber histórico, determinado, mediado pelo diálogo, pelo debate, pela intercomunicação que se estabelece entre os trabalhadores em diferentes níveis, chegando ao consenso, fundado em sua lógica, sobre o que, para que, com que, com quem e como fazer para superar problemas e ter seus direitos reconhecidos e concretizados.

Portanto, é um saber que se constrói na experiência das lutas vividas, onde elaboram um código de intercomunicação em estreita vinculação com o contexto próximo e imediato. Enfatizam as características comuns, ao invés das individuais; o concreto, ao invés do abstrato; o "nós", ao invés da identidade pessoal; as semelhanças e interesses comuns. Desta forma, porque imersos na trama do cotidiano tecido de múltiplas determinações econômicas, político-sociais e culturais, não chegam a conclusões por raciocínios lógico-científicos, mas por aproximações, comparações e analogias. É um saber/fazer representativo e não abstrato. Detectam causas e consequências imediatas, conexões externas e lugares comuns. Daí porque suas idéias contêm um núcleo de representações próximas, de sentimentos e emoções, de interesses e valores. Aliás, os próprios trabalhadores, em seus relatórios, em seus depoimentos reconhecem esse saber como insuficiente porque, atra-

vés dele, chegam "às conseqüências e não à raiz dos problemas"; porque não logram "compreender o tal capitalismo e esse modo de vida que os expropria;" e porque carecem de "mais instrução e formação." Essas, em síntese, as características do saber produzido nas lutas estudadas.

Entretanto, a prática sindical e o saber nela produzido não são destituídos de sentido. A primeira dimensão refere-se ao posicionamento que os trabalhadores têm frente a seus problemas imediatos, estritamente vinculados às representações que a si mesmos fazem. "Representar, organizar e legitimar, são maneiras de produzir sentido pelo qual se organizam as relações sociais. Não ocorre representação do real sem interpretação e sem existência de um sistema de representações" (Marques, 1988:30).

O processo das lutas dos trabalhadores, em seus diferentes momentos e estratégias de articulação de atividades conscientemente organizadas, implica-se com um posicionamento político frente aos problemas por eles enfrentados. Assim o saber, anteriormente caracterizado, está todo ele penetrado por essa dimensão. Sustenta-se, pois, que o primeiro sentido da prática sindical - enquanto reflexão-ação-reflexão tomada como processo - isto é, conjunto de atividades entre si vinculadas, diz respeito à ação humana dos trabalhadores de se darem conta das necessidades e problemas que sofrem e de intervirem, de forma conjunta e organizada, para buscar superá-los através das lutas que realizam.

Vincula-se ao anterior um segundo sentido: a aprendizagem humano-significativa resultante da sua prática sin-

dical. Consiste ela na apropriação do saber coletivo mediati-
zado no diálogo, na intercomunicação que desemboca nas pro-
postas, na definição dos objetivos e dos meios que julgam
mais adequados à sua consecução.

Ao mexer com o real imediato e situado em seu con-
texto mais próximo, os trabalhadores, ao mesmo tempo que o
reconhecem, não só o representam, mas o reinterpretem, reorga-
nizando sua ação e atribuindo-lhe sentido. Assim, a ação sin-
dical se torna mediadora de reflexão mais elaborada acerca dos
problemas e do diálogo inteligente com a realidade. Diálogo,
aqui entendido, "como fala contrária entre atores que se en-
contram e se defrontam" (Demo, 1990:37).

Por isso, os trabalhadores não entram em cena só pa-
ra escutar mas para contribuir e propor, demarcando seu po-
sicionamento político, compreendendo a si e aos outros, com-
pondo-se ou se defrontando. Assim sendo, a ação sindical pas-
sa a exigir diálogo e intercomunicação contínua como forma
madura de convivência e organização política. E, ao mesmo tem-
po, requer questionamento permanente que, por sua vez, inclui
comunicar seu ponto de vista acerca dos problemas a enfrentar
e receber criticamente o ponto de vista dos demais. Desta for-
ma, os trabalhadores capacitam-se a interpretar e reinterpre-
tar, a nível de seu saber, o que fazem, para que fazem, por
que fazem e como fazem. Nisso reside, principalmente, a a-
prendizagem humano-significativa dos trabalhadores em sua a-
ção sindical vista como processo. Em que medida os trabalha-
dores agem sem captar o sentido do que fazem? Em que medida
não compreendem o sentido de suas propostas e as repercus-
sões políticas das mesmas?

Subjaz a essas dimensões a aprendizagem significativa o problema do determinismo e da indeterminação dos trabalhadores; isto é, a determinação dos trabalhadores como agente individual e coletivo, historicamente determinados. Eles se encontram, se autodefinem no enfrentamento prático com outros grupos e classes sociais, mas suas lutas se resolvem no interior da lógica capitalista do regateio por algo mais, por aquilo que se compra e se vende no mercado.

A compreensão profunda dessas dimensões exige que se detecte nas reivindicações, nas propostas e lutas dos trabalhadores, a vinculação das mesmas com a sociedade "nova" que dizem buscar. Que sociedade é esta? Uma sociedade capitalista menos selvagem, um estado mais providente que lhes assegure crédito acessível, preços compensadores, terra suficiente para produzir e a distribuição de serviços assistenciais e previdenciários mais equitativos?

Ao criticar, contestar e protestar contra o modelo econômico vigente, os trabalhadores se referem, unicamente, a uma sociedade capitalista menos desumana, a um estado mais providente apenas. Na verdade, em nenhum momento, a reflexão dos trabalhadores se refere, explicitamente, a uma sociedade socialista a ser construída.

O grande limite diz respeito ao processo de pesquisa coletiva e participante dos problemas vividos pelos trabalhadores, ligado aos diferentes momentos desenvolvidos para chegar ao planejamento e organização da ação consciente. Autores como Brandão (1985) e Pinto (1985), ao se referirem à pesquisa participante, sustentam que esta tem, como perspectiva

epistemológica, não conceber a verdade como pré-existente nos fatos sociais. Mas a verdade é construída na relação dialética sujeito/objeto através de aproximações sucessivas do objeto investigado, dos problemas a serem superados nas lutas dos trabalhadores.

Assinalar esta perspectiva epistemológica não significa ignorar e dispensar a necessidade do rigor e vigilância teórica no processo do conhecimento. Isto porque os fatos sociais não são transparentes e necessariamente conscientes. Daí porque a pesquisa participante e coletiva precisa romper com as pré-noções do senso comum, a percepção imediata porque esta só apreende a exterioridade fenomênica dos elementos. Por mais comprometida que se apresente, a pesquisa participante se faz exigente da crítica às pré-noções e conceitos ideológicos nela presentes. A vigilância, o rigor teórico sobre os obstáculos à produção do conhecimento são insubstituíveis ao avanço político-ideológico da prática sindical.

Em momento algum do desenvolvimento da prática sindical deparou-se com um referencial teórico explícito que fundamente, oriente a investigação coletiva como prática educativa fundante a integrar a prática sindical. Por isso, não passa de um processo técnico e tático de organização das lutas dos trabalhadores. Essa constante permeia toda a ação articuladora do processo de luta dos trabalhadores rurais. Daí os limites do saber produzido.

No caso das lutas dos trabalhadores aparece outro elemento determinante e integrador da ação dos mesmos. É a participação ampla dos trabalhadores no processo das lutas. A participação pode ser entendida como algo desejado, como um

fim a ser perseguido. Conseqüentemente, o seu significado seria os trabalhadores lutarem por direitos que lhes são atribuídos por outras classes. Além disso, pode ser pensada como meio, como prática. Assim sendo, na sociedade vigente, em que o poder hegemônico está com uma classe, a participação seria um meio para romper com esse controle.

Entretanto, importa levar em conta que há muito tempo a participação está na moda. Deve-se, em grande parte, aos agentes de educação popular que buscam método mais horizontal de mobilização e organização das camadas populares, pretendendo negar o autoritarismo. Porém, o Estado e outras instituições utilizam-na para esvaziar e cooptar os movimentos populares. O mais grave dessa "moda" é o constituído por técnicas participativas, facilmente isoladas da concepção teórico-metodológica de que fazem parte. Assim tornam-se funcionais e impulsionadoras de projetos e processo organizativos de intencionalidade reformista, quando chegam a tanto. Por isso, importa sustentar que o participativo, o comunicativo, o diálogo somente são componentes do processo de educação e organização política dos trabalhadores enquanto referenciados aos interesses objetivos dos mesmos. Já foi salientado que a referência aos interesses imediatos mais se coaduna com aqueles do sistema ao qual vão aderindo sempre mais no processo.

Defende-se que a prática sindical, porque reflexão-ação-reflexão dos trabalhadores ao enfrentar seus problemas imediatos, é mediadora do saber coletivamente produzido. Se não se pode negar a validade prática de tal saber, há que se salientar outras exigências teóricas indispensáveis à superação dos limites do saber produzido, alcançando o nível teórico ne-

cessário à eficácia da ação e organização política dos trabalhadores, levada a efeito pelo sindicato.

A ação sindical, como prática de educação, popular, segundo Oscar Holliday (1990:81), está a exigir, em nível teórico:

- " - uma visão integral da dialética da sociedade onde ocorre a prática educativa, articulando os aspectos econômicos, políticos, ideológicos, culturais e históricos;
- visão integral e dialética de uma estratégia teórico-prática que dê conta dos fatores de classe, e que leve em conta os distintos níveis de expressão individual, grupal, setorial, regional e massiva;
- visão integral e dialética da ação intencionada na qual se articula o investigativo, o pedagógico, o comunicativo e os diferentes momentos de planejamento, avaliação e sistematização."

Em momento algum de suas lutas, os trabalhadores refletem, em profundidade necessária, essas questões. Carecem, pois, de maior clareza e entendimento acerca de sua concepção político-metodológica referente aos rumos de sua prática de organização política. Por isso, nem as "técnicas participativas", nem a "comunicação participativa" logram o saber indispensável à eficácia transformadora de sua ação política. Conseqüentemente, o saber produzido nas lutas aparece fragmentado, ambíguo e pouco sistematizado, ainda que não destituído de alguma validade prática. Isto se deve, sem dúvida, a posição equivocada assumida pela assessoria.

Assim sendo, a prática sindical revela outro fator interveniente e limitante. É a assessoria. A necessidade da contribuição teórico-científica do intelectual-educador é inquestionável para o avanço político da prática sindical. A crítica, a superação dos valores e atitudes da educação dominante, formal ou popular, se faz indispensável à formação dos trabalhadores. Há que superar as concepções metodológicas hegemônicas presentes na educação popular e na escola.

O intelectual-educador, que assessora o sindicato, precisa contribuir, eficazmente, para garantir que os trabalhadores, envolvidos na prática sindical, se tornem protagonistas do processo de sistematização, reorganização e reelaboração do conhecimento e avancem na construção de uma nova síntese entre o conhecimento científico e o saber popular produzido nas lutas. Há que se levar sempre em conta a possibilidade de os trabalhadores, articulando suas lutas, poderem orientar, dirigir e organizar debates, reuniões, encontros; sistematizar e expressar suas idéias e opiniões; reunir, criticar e sistematizar informações. Enfim, fazer com que, no processo das lutas, os trabalhadores se apropriem dos conhecimentos que lhes permitam analisar, questionar e aprofundar o conhecimento sobre a realidade envolvente. E, além disso, garantir que esses conhecimentos sirvam de instrumentos, de motivação e planejamento da ação-reflexão-ação sindical. À luz disso, entende-se que a assessoria prestada aos trabalhadores não ultrapassa os limites do conhecimento estratégico-tático das lutas. Não tem contribuído para romper com os limites do saber prático dos trabalhadores. É isso que os próprios trabalhadores confirmam em seus depoimentos quando dizem:

"ajudaram e ensinaram a organizar as reuniões de núcleos para que houvesse participação de todos no debate, nas sugestões, no planejamento. Em poucas palavras, aprendemos a fazer e organizar, praticamente, nossas lutas."

Além disso importa grifar estes aspectos conclusivos. Em primeiro lugar, a prática sindical - como prática educativa constituinte de todo social - necessita que se articule aos elementos econômicos, políticos, ideológico-culturais, desvelando os interesses de grupos e classes antagônicas, exigindo, para tanto, visão racional e dialética da estratégia teórico-prática. Assim se fortalece a ação dos trabalhadores na medida em que leva em conta os diferentes níveis: direção, representantes de núcleos, os próprios núcleos e os singulares trabalhadores.

Requer, ainda, que a ação sindical, que partes dos problemas imediatos dos trabalhadores, se vincule ao investigativo, ao participativo, ao pedagógico e ao comunicativo, bem como aos diferentes momentos do planejamento, da avaliação, da concepção metodológica de que fazem parte. Caso contrário, não passam de técnicas funcionais impulsionadoras da ação organizada dos trabalhadores.

Saliente-se que o saber resultante da prática sindical intencionada não se eleva ao nível intelectual crítico. Mas fica restrita ao saber prático e pouco sistematizado. No entanto, não deixa de ter, para os trabalhadores, validade prática porque, através desse saber, se capacitam a enfrentar os problemas cotidianos da reprodução de sua existência. Sendo assim, cumpre destacar a não-contribuição teórico-científica do intelectual/educador. Esta deixou muito a desejar. A que se

deve isso? À não-consciência, da parte do intelectual/educador, da sua função? Evidencia-se, no decurso das diferentes lutas aqui analisadas, que este não agiu como um construtor, um organizador, um persuasor. Ou seja, não trabalhou intensamente para elevar, passo a passo, o nível intelectual crítico dos trabalhadores, teorizando com eles suas lutas. Desta forma, os trabalhadores ficaram entregues a si mesmos e à mercê de certo espontaneísmo. Não se trata, no entanto, de defender uma posição leninista-estalinista, já que historicamente está comprovado seu fracasso. Porém, também se comprova, praticamente, que o espontaneísmo das lutas não traz avanços no que se refere à produção do saber e da educação dos trabalhadores rurais.

Por último, as lutas por Assistência e Previdência e Política Agrícola apontam o caminho percorrido pelos trabalhadores rurais de Ijuí no processo de reprodução e construção históricas. Caminho por eles construído, ainda que sujeitos à dinâmica do capital. Caminho, sem dúvidas, tortuoso e feito de recuos; de pequenas conquistas e fracassos; de esperanças e frustrações frente às propostas formuladas e não conquistadas; de posições políticas ora mais ora menos conseqüentes; enfim, caminho tantas vezes retomado e tecido de ambigüidades. Entretanto, toda essa caminhada só foi possível devido, também à iniciativa, à participação, à decisão e determinação dos trabalhadores, embora condicionados e sujeitados ao Capital. As lutas por eles sustentadas são expressão de resistência e recusa dos trabalhadores à dominação capitalista vigente. Portanto, os trabalhadores rurais de Ijuí são o que são e o que vão sendo historicamente, também, por causa desse caminho por eles construído e trilhado.

GLOSSÁRIO

FAFI - Faculdade de Filosofia

MCBI - Movimento Comunitário de Ijuí

FIDENE - Fundação de Integração e Educação do Noroeste do Estado

COTRIJUÍ - Cooperativa Tritícola de Ijuí

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

UNIMED - Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos

CCGL - Cooperativa Central Gaúcha de Laticínios

FPTR - Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural, transformado em 1967, em FUNRURAL que designa o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

PRORURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

STRI - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí

IEP - Instituto de Educação Permanente, órgão da FIDENE, hoje Instituto

PROAGRO - Programa de Assistência a Operações Agrícolas

BB - Banco do Brasil

BIBLIOGRAFIA

- BAKITIN, Mikhail. O Marxismo e Filosofia da Linguagem. Cortez Editora, 1986, p. 78.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigués. Pensando a Pesquisa participante. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BRESSAN, Suimar J. Sindicalismo Rural e Sociedade. (S.L.S.N.) 1978.
- BANCO CENTRAL, Manual de Crédito Rural. Ijuí, 1983.
- COTRIJUÍ. Relatórios dezembro, 1976. p. 07.
- DEMO, Pedro. Pesquisa. Princípio Científico e Educativo. São Paulo: Ed. Cortez, 1990.
- DREIFUS, R. A. A Conquista do Estado. Ação Política e Golpe de Classe. Petrópolis, Vozes, 1981.
- FETAG. Boicote. Folheto. Porto Alegre, agosto, 1984.
- ———. Boicote e Protesto. Porto Alegre, out., 1984.
- ———. COMISSÃO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA. A Luta Continua - Boletim, Porto Alegre, 1983.
- ———. Projeto de Política Agrícola. Porto Alegre, jan. 1987.
- ———. Relatórios Anuais. Porto Alegre, anos 1981/82/83/84.
- ———. Relatórios das Atividades de 1982. Porto Alegre, 1982.
- ———. Relatório Anual de Atividades. Porto Alegre, 1982.
- ———. Relatório do Ano. Porto Alegre, 1983.
- FIDENE/IEP. Relatórios de Reuniões. Ijuí, 1982.

- FIDENE/UNIJUÍ. Museu Antropológico. AS/S.T.R.I., arq. nº 5.
- ————. Museu Antropológico. Relatório da Assembléia. Ijuí, mar., 1980.
- HOLLIDAY, Oscar, J. El Programa Coordinado de Educação Popular Alforja, CEP, Costa Rica, 1990.
- ————. Os Trabalhadores Protestam. Ijuí. 7 de setembro de 1984.
- MARQUES, M. O. Capacitação de Recursos Humanos para o Setor Rural. IN. Educação e Sociedade. São Paulo, 1979. p. 69.
- ————. Conhecimento e Educação. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 1988.
- ————. Do Associativismo à Consciência de Classe. IN. Anuário do Ministério da Agricultura. Rio, 1980, p. 111-121.
- ————. Educação e Conhecimento. In Revista Contexto e Educação, Ijuí, 1989.
- ————. Universidade Emergente. Ensino Superior Brasileiro em Ijuí. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 1984.
- MARQUES e BRUM. Uma Comunidade em Busca de seu Caminho. Porto Alegre, Livraria Sulina Editora, 1972.
- MANDEL, Luz. As Instituições Médicas no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1979.
- MARTINES, Wladimir Novaes. Benefícios Previdenciários do Trabalhador Rural. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MARX, Engels. Obras Escolhidas. Lisboa Edições "Avante", 1982.
- NICOLACI da Costa, Ana Maria. Sujeito e cotidiano: Um estudo da Dimensão Psicológica do Social. Rio de Janeiro, CAMPUS, 1987.
- NUNHES, Carlos. Educar para Transformar, Transformar para Educar.

- PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo, Edições Loyola, 1973.
- PINTO, J. Bosco. Pesquisa - Ação como Prática Social. In. Contexto e Educação, Ijuí, 1986.
- ————. A Prática como Fonte de Conhecimento. Recife. UFPE, 1984.
- REGIONAL SINDICAL DE IJUÍ. O Assunto é. Boletim, Ijuí, s.d.
- ————. Juros Agrícolas: Como fazer a conta. Ijuí, abril, 1984.
- ————. Relatório da Reunião dos Dirigentes. Ijuí, 13 de março, 1980.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ. Atas de Fundação, 1962.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ e IEP/FIDENE. Atas de Reuniões e Relatórios, anos: 1963-1979.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ. A Voz do Trabalhador. Boletim. Ijuí., 1980.
- ————. Como Construir um poder dos trabalhadores. Boletim. Ijuí, s.d.
- ————. Livro de Atas, 1965, p. 50.
- ————. Livro de Atas, 1966, jan., p. 71.
- ————. Nossa Luta da Saúde. Boletim. Ijuí, fev., 1980.
- ————. Nossa Luta da Saúde. Boletim, nº 3. Ijuí, 15 de jun. 1980.
- ————. Nossa Luta da Saúde. Boletim. dez., 1979, p. 70.
- ————. Nossa Luta do Leite. Boletim. Ijuí, fev. 1982.
- ————. Política Agrícola Contra o Pequeno Produtor. Boletim, jan. 1987.

- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ. Política Agrícola Contra o Pequeno Produtor. Ijuí, jun. 1987.
- ————. Produtor de Leite. Folheto. Ijuí, 1981.
- ————. Relatório da Assembléia de 12 de janeiro. Ijuí, 1982.
- ————. Relatório da Assembléia. Ijuí, mar., 1980.
- ————. Relatório de Avaliação das Bases. Ijuí, abril e maio, 1980.
- ————. Relatório da Concentração. Ijuí, 21 de mar., 1980.
- ————. Relatório-Síntese das Reuniões de Núcleos. Ijuí, dez. 1979.
- ————. Relatório das Reuniões de Março. Ijuí, mar. 1980.
- ————. Relatório das Reuniões de Base. Ijuí, 1980.
- ————. Relatório das Reuniões de Base dos anos de 1981/82/83.
- ————. Relatório das Reuniões. Ijuí, jun., 1986.
- ————. Relatório das Reuniões de Avaliação. Ijuí, jun., 1982.
- ————. Relatórios das Reuniões de Núcleos e de Encontros de Lideranças. Ijuí, 1983/84/85.
- ————. Relatório da Reunião. Ijuí, 30 de set., 1976.
- ————. Relatório das Reuniões de fevereiro e março. Ijuí, 1982.
- ————. Relatório de Reuniões de Núcleos. Ijuí, anos 1983/84.
- ————. Relatório de Reuniões de Núcleos. Ijuí, 1982/83.
- ————. Relatórios diversos de Reuniões de Núcleos, Ijuí, fev., 1980.

- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ. Relatório do Encontro de Representantes de Núcleos. Ijuí, set., 1979.
- ————. Relatório do Encontro de 28 de outubro de 1976. Ijuí, out., 1976.
- ————. Relatório dos Anos 1977:p. 3; 1978:p.4; 1979:p.2.
- ————. Saúde e Previdência: Nossas Lutas, Conquistas e Orientações. Boletim, Ijuí, 1983.
- ————. Relatórios Sobre a Saúde e Previdência. Ijuí, dez. 1976.
- ————. Relatório das Visitas Feitas aos Representantes de Núcleos. Ijuí, agos., set., 1976.
- SUAVET, Thomas. In: OATAIZA de O. ROMANELLI. História da Educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1985.
- WANDERLEI, L. E. Educar para Transformar. Educação Popular. Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis, Vozes, 1984.
- ZERO HORA. Produtores em Protesto Suspendem a Entrega do Leite. Porto Alegre, 24 de março, 1982.